

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CURSO DE TURISMO

ANA PAULA ASSAÍ CAMAPUM

A INFLUÊNCIA DA QUALIDADE AMBIENTAL NO TURISMO: o caso
da praia Ponta d'Areia, em São Luís – MA

São Luís

2010

ANA PAULA ASSAÍ CAMAPUM

A INFLUÊNCIA DA QUALIDADE AMBIENTAL NO TURISMO: o caso
da praia Ponta d'Areia, em São Luís – MA

Monografia apresentada ao Curso de Turismo,
da Universidade Federal do Maranhão, para
obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosélis Câmara

São Luís

2010

Camapum, Ana Paula Assaí

A influência da qualidade ambiental no turismo: o caso da praia Ponta d'Areia, em São Luís - MA/ Ana Paula Assaí Camapum. – São Luís, 2010.

74 f.

Impresso por computador (Fotocópia).

Orientadora: Rosélis Câmara.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Maranhão, Curso de Turismo, 2010.

1. Turismo – Praia Ponta d'Areia - MA 2. Turismo litorâneo 3. Urbanização 4. Qualidade ambiental

I. Título

CDU 338.48-44 (2010.5)

ANA PAULA ASSAÍ CAMAPUM

A INFLUÊNCIA DA QUALIDADE AMBIENTAL NO TURISMO: o caso
da praia Ponta d'Areia, em São Luís – MA

Monografia apresentada ao Curso de Turismo,
da Universidade Federal do Maranhão, para
obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profª. Rosélis Câmara (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

(Membro Titular)
Universidade Federal do Maranhão

(Membro Titular)
Universidade Federal do Maranhão

Aos meus pais, imagens vivas
eternamente em minha memória,
por terem me proporcionado a vida
e toda a base da minha felicidade.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por mais uma realização.

Aos meus pais, Edileusa e Marques, “marcos” em minha história, pela vida alicerçada no maior de todos os sentimentos: o amor.

Ao meu irmão Paulo, semente brotada pelos nossos pais, pela amizade.

Às minhas tias Maria e Francisca, grandes incentivadoras das minhas escolhas, pelo apoio irrestrito.

Aos meus amigos do Curso de Turismo, em especial ao “Clube da Luluzinha” (Diana Barros, Catharine Freitas, Caroline Diniz, Roseane Batista, Ticiano Noletto, Priscila Rúbia e Marta Lubiana) e ao “Clube do Bolinha” (José Augusto, Fábio Henrique, Cesar Roberto e Adriano Oliveira), pessoas determinantes nessa longa empreitada graduativa, pela convivência, pela cumplicidade, pelo apoio nos momentos difíceis, pelas diversões e comemorações, pelos aprendizados e pelo crescimento mútuo, que nos uniu desde o princípio até hoje.

A todos os professores do Curso de Turismo e aos professores de outros departamentos, pelo conhecimento transmitido, pela paciência, pelo incentivo, pela motivação e pelas críticas, que me fizeram despertar para o “mundo real”.

À minha orientadora, professora Rosélis Câmara, por ter aceitado esse “desafio”. Sobretudo, às oportunas e valiosas sugestões e correções, que levaram à execução e conclusão desta Monografia.

A todos que contribuíram para o realizar desta Pesquisa, com importantes subsídios.

A mim mesma, pela força e determinação, incitadoras que permitiram o elaborar desse prestimoso Trabalho.

*Quem pisa em pétalas e planta espinhos corre
o risco de escorregar nas pétalas que
amassou e cair sentado nos espinhos que
plantou.*

Autor desconhecido

RESUMO

Trata-se de um estudo sobre a influência da qualidade ambiental e a ocupação desordenada do litoral de São Luís, mais especificamente na área da praia Ponta d'Areia, para o turismo local. Dentre os fatores mais impactantes estão a urbanização e a explosão imobiliária, provocadas pela valorização da praia e materializadas nas residências de veraneio e nos equipamentos de lazer e turismo de massa, diante da precariedade da Legislação existente. Sendo assim, esse trabalho compõe-se de duas etapas distintas, uma abordagem teórica, com a temática ambiental litorânea e, uma abordagem empírica, com a análise das transformações no litoral dessa praia e a identificação dos responsáveis pelos impactos ocasionados na mesma, bem como suas percepções nessa dinâmica.

Palavras-chave: Turismo litorâneo. Urbanização. Qualidade ambiental. Praia Ponta d'Areia.

ABSTRACT

This is a study on the influence of environmental quality and disorderly occupation of the coast of St. Louis, specifically in the area of Ponta d'Areia beach for local tourism. Among the most striking factors are urbanization and real estate boom, caused by the appreciation of the beach and materialized in the summer residences and leisure facilities and mass tourism, given the precariousness of the existing legislation. Thus, this work consists of two stages, a theoretical approach, with coastal environmental issues, and an empirical approach to the analysis of changes in this coastal beach and identifying those responsible for the impacts caused in it, as well as their perceptions in this dynamic.

Keywords: Coastline tourism. Urbanization. Environmental quality. Beach Ponta d'Areia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da praia Ponta d'Areia na Ilha de São Luís	34
Figura 2 - Foto aérea da localização do Parque Ecológico da Lagoa da Jansen no perímetro urbano de São Luís	36
Figura 3 - Foto da invasão na Ponta d'Areia	37
Figura 4 - Fotos da Laguna da Jansen	38
Figura 5 - Fotos de prédios em construção na Ponta d'Areia.....	39
Figura 6 - Fotos do avanço do mar na praia Ponta d'Areia	44
Figura 7 - Foto de erosão na praia Ponta d'Areia	44
Figura 8 - Fotos de esgotos residenciais com córregos lançados diretamente no mar na praia Ponta d'Areia	45
Figura 9 - Fotos de lixo na areia e calçamento da praia da Ponta d'Areia	47
Figura 10 - Foto de lixeira na Laguna da Jansen.....	47

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Sexo dos entrevistados na praia Ponta d’Areia	48
Gráfico 2 - Faixa etária dos entrevistados na praia Ponta d’Areia	49
Gráfico 3 - Escolaridade dos entrevistados na praia Ponta d’Areia	49
Gráfico 4 - Quantidade de turistas entrevistados na praia Ponta d’Areia.....	49
Gráfico 5 - Conceito sobre o saneamento/higiene da praia Ponta d’Areia.....	50
Gráfico 6 - Conceito sobre a atratividade da praia Ponta d’Areia.....	51
Gráfico 7 - Conceito sobre a segurança na praia Ponta d’Areia.....	51
Gráfico 8 - Conceito sobre os equipamentos de lazer na praia/entorno Ponta d’Areia.....	51
Gráfico 9 - Conceito sobre os meios de hospedagem na praia/entorno Ponta d’Areia	52
Gráfico 10 - Conceito sobre os serviços dos bares e restaurantes na praia/entorno Ponta d’Areia	52
Gráfico 11 - Conceito sobre o preço dos produtos/serviços na praia Ponta d’Areia.....	53
Gráfico 12 - Motivos que levaram as pessoas a frequentarem a praia Ponta d’Areia	53
Gráfico 13 - Atividades de lazer realizadas na praia/entorno Ponta d’Areia	54
Gráfico 14 - Opinião das pessoas sobre se há poluição da praia Ponta d’Areia	54
Gráfico 15 - Motivos que levaram as pessoas a considerarem poluída a praia Ponta d’Areia.....	55
Gráfico 16 - Opinião das pessoas sobre quem são os principais responsáveis pelas atuais condições ambientais da praia Ponta d’Areia	55
Gráfico 17 - Opinião das pessoas sobre as medidas que deveriam ser tomadas para minimizar impactos ambientais negativos na praia Ponta d’Areia	56

LISTA DE SIGLAS

ALUMAR – Consórcio de Alumínio do Maranhão

CAEMA - Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão

CEUMA – Centro Universitário do Maranhão

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NMP – Número Mais Provável

OMT - Organização Mundial de Turismo

ONG - Organização Não-Governamental

PCQAA - Programa de Controle de Qualidade de Alimentos e Água

PLANO MAIOR - Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo no Maranhão

SECID - Secretaria de Cidades, Infra-Estrutura e Desenvolvimento Sustentável

SEMURH - Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação

SURCAP - Sociedade de Urbanismo e Desenvolvimento da Capital

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

ZPA - Zona de Proteção Ambiental

ZR - Zona Residencial

ZT - Zona Turística

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL NO LITORAL	16
2.1 A Descoberta do Litoral como Meio de Valorização da Qualidade de Vida	16
2.2 Conceitos-Chave: Espaço e Paisagem	19
2.3 A Relação Turismo e Ambiente Natural	22
3. A PRAIA PONTA D'AREIA NO CONTEXTO URBANO LUDOVICENSE	26
3.1 História e Desenvolvimento Urbano de São Luís e da Ponta d'Areia	26
3.2 Localização Geográfica e Caracterização da Praia Ponta d'Areia	32
3.3 A Urbanização da Laguna da Jansen	36
3.4 Legislação Urbanística Básica de São Luís referente à Ponta d'Areia	39
4. A QUALIDADE AMBIENTAL COMO ATRATIVO TURÍSTICO	42
4.1 Qualidade Ambiental em Turismo	42
4.2 As Transformações Ocorridas na Praia Ponta d'Areia	43
4.3 Perfil dos Usuários da Praia Ponta d'Areia	48
4.4 Conceito Ambiental sobre a Praia Ponta d'Areia	50
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICES	63
APÊNDICE A - Principais empreendimentos/equipamentos turísticos na Ponta d'Areia	64
APÊNDICE B - Questionário sobre a qualidade ambiental da praia Ponta d'Areia	65
ANEXOS	66
ANEXO 1 - Quiosques da Ponta d'Areia não poderão vender bebidas alcoólicas	67
ANEXO 2 - Relação entre tipologias de orla e classes genéricas de ocupação	68
ANEXO 3 - Caracterização da orla por seu estágio de urbanização	70
ANEXO 4 - Marés com seis metros de altura voltam a assustar na Ponta d'Areia	71
ANEXO 5 - Interdição de praias de São Luís	72
ANEXO 6 - Divulgadas as condições das praias de São Luís	73
ANEXO 7 – Relatório de Balneabilidade da praia Ponta d'Areia	74

1. INTRODUÇÃO

Desde os primórdios, a relação do homem com o ambiente sempre esteve ligada à questão da sobrevivência. Tratava-se de uma relação em que o conhecimento sobre a mesma era também necessário para que o homem pudesse se proteger das intempéries e de animais, por exemplo. Porém, a interação entre homem e ambiente ultrapassou essa simples questão: a natureza passou a mostrar-se, além disso, como fonte de beleza e identidade.

Com as novas conquistas da civilização humana foram modificadas as percepções do ambiente drasticamente: a natureza passou a ser conhecida para que fosse dominada e explorada pela humanidade. A partir daí, o relacionamento do homem com o meio natural tem sido uma grande demonstração de descompromisso, sem preocupações com as consequências ambientais e com as futuras gerações, com raras exceções.

Considerando-se que o turismo litorâneo é um dos mais antigos segmentos de “exploração” da natureza e evolui constantemente para uma forma caracterizada por uma forte concentração sazonal, mediante o ritmo acelerado de urbanização das cidades, gerando nos turistas a necessidade de buscar ambientes diferentes dos que habitualmente freqüentam, como o contato com a natureza, ele implica na existência de recursos naturais e/ou culturais e infra-estrutura, ou seja, é um fator econômico muito importante no mundo, no qual ocorrem fenômenos de consumo.

Dessa forma, pode ser considerado uma atividade transformadora do espaço. De acordo com Sánchez (1985), o turismo litorâneo ocorre quando há valorização social de alguns recursos naturais, sendo sua base o consumo destes recursos.

No entanto, esse turismo que antes se resumia à combinação praia, mar e sol está ultrapassado. O turista enquanto consumidor, cada vez mais exigente, crítico e informado, quer qualidade nos serviços oferecidos e produtos que consome ou deseja consumir, conforto no lugar onde se hospeda e baixo custo.

No caso específico do Brasil, que concentra em seu território a maior biodiversidade existente do planeta, nada é mais visível que a exploração do litoral/praias com fins turísticos, intensificada após a Segunda Guerra Mundial.

No Maranhão, esse processo ocorreu mais precisamente nas décadas de 1960 e 1970, tornando-as lotadas e, muitas vezes, sujas pelo lixo deixado pelos usuários, diminuindo a sensação de lazer que se procura, isto é, os impactos ambientais das últimas décadas, decorrentes desta exploração são muito preocupantes, tendo em vista que o desenvolvimento

da sociedade urbana ocorreu e ainda ocorre de forma desordenada, à custa de níveis crescentes de poluição e degradação ambiental, associados ao elevado contingente populacional, onde se registra a falta de infra-estrutura adequada.

Em São Luís não foi diferente: a Ponta d'Areia, área de exuberância paisagística, antes habitada apenas por pescadores, dotada de uma vasta cobertura vegetal e cordões de dunas, em virtude do crescimento populacional e urbano da cidade, teve sua ocupação intensificada com a construção da ponte José Sarney, que ao passo que permitiu o acesso a ela, modificou-a e cedeu lugar às posteriores obras de engenharia, sem qualquer preocupação com a questão ambiental, agravando a degradação e a contaminação da área, bem como comprometendo a qualidade de vida da população.

Nesse sentido, apesar de o litoral possuir aspectos extraordinários, que o eleva à categoria de lugar privilegiado, no presente sua importância se afirma cada vez mais pelo fato de intermediar relações econômicas e sócio-espaciais, marcadas amplamente pelas características atuais da sociedade contemporânea em contato com o mar, pois devido aos seus usos múltiplos, com diversas formas de ocupação, é onde se desenvolvem atividades humanas das mais variadas complexidades, haja vista suas potencialidades, aceleradas e estimuladas por múltiplos vetores de desenvolvimento (industrialização, urbanização e exploração turística).

Aliado a esses fatores, o tempo livre também se tornou um tempo de consumo. Sobre isto, Rodrigues (2001) diz que o tempo livre torna-se um tempo social e o lazer torna-se um produto da sociedade de consumo, mercadoria que se vende e que se compra. A evolução atual da sociedade mostra que o tempo livre, longe de ser um tempo privado do indivíduo, do seu encontro consigo mesmo, torna-se um tempo social, ou seja, criador de novas relações sociais carregadas de novos valores.

Na verdade, o que se observa é uma elite buscando novos lugares turísticos, e a partir deste embrião turístico formado, inicia-se o processo de desenvolvimento turístico, sendo finalmente, em várias ocasiões, o espaço, transformado em um destino de massa, o qual requer uma maior quantidade de instalações e serviços (alojamento, restauração e entretenimento) para atendê-los.

É necessária ainda, uma infra-estrutura adequada para apoiar as instalações e serviços descritos anteriormente; além da infra-estrutura de transporte (rodovias, estacionamentos, aeroportos, linhas férreas e portos) se encontram os serviços públicos como eletricidade e saneamento. Grande parte desta infra-estrutura também serve a população

residente ou para outras necessidades como a agricultura, por exemplo, mas dependendo do tipo de progresso também pode ser desenvolvida ou ampliada para atender ainda o turista (PEARCE, 1996).

Isso significa que a infra-estrutura é a base para o desenvolvimento do turismo, mas não o gera diretamente. Se por um lado, o desenvolvimento do turismo representa uma possibilidade viável de amenização dos graves problemas sócio-econômicos, por outro, pode vir a ser um fator importante de degradação dos recursos naturais e sócio-culturais que permitem sua existência.

Visto que o homem do século XXI é um homem muito mais preocupado com as questões que afligem o mundo e a humanidade e que atualmente uma das suas maiores preocupações gira em torno dos impactos ambientais gerado por ele mesmo, o presente trabalho justifica-se pela necessidade de verificar o grau de influência da qualidade ambiental para o turismo, na Ponta d'Areia, em São Luís, assim como analisar o processo de ocupação e uso desse espaço e o grau de percepção dos seus usuários, em relação aos impactos ambientais na área da praia.

Para isso, utilizou-se o método fenomenológico, que segundo Martins (1992), busca a compreensão do fenômeno interrogado, sendo que o pesquisador conduz sua pesquisa a partir de um questionamento, de uma interrogação acerca de um fenômeno, o qual precisa estar sendo vivenciado pelo sujeito. Masini (1989) argumenta que esse método é descritivo e tem como finalidade a descrição do fenômeno em si, tal como ele se apresenta, sem reduzi-lo.

Há, portanto, o entendimento que numa relação entre sujeito e objeto, um não pode existir sem o outro. Este método é centrado no ser humano, especificamente na análise do significado e relevância da experiência humana, sendo o ponto de partida da investigação fenomenológica, a compreensão do viver do próprio homem, já que ele imprime sentidos ao mundo, ao ser capaz de intuir, tendo intencionalidades e orientando significações sobre tudo aquilo que vai experienciando em sua existência.

Assim, esse trabalho está composto de duas etapas distintas, uma abordagem teórica e uma abordagem empírica, em caráter exploratório, realizado através de pesquisas bibliográficas, e descritivo, baseado na observação local e no registro da área de estudo, por meio de recursos digitais, com uma amostra determinada por acessibilidade, composta de 150 questionários, com perguntas fechadas e abertas aos usuários diretos da praia Ponta d'Areia, no período entre setembro e outubro de 2009, sendo que ao final, realizou-se a tabulação dos dados, análise e discussão das informações obtidas.

2. A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL NO LITORAL

2.1 A Descoberta do Litoral como Meio de Valorização da Qualidade de Vida

O fenômeno turístico nas sociedades contemporâneas prolifera-se, sobretudo, onde a natureza brinda os visitantes com o sol e mar; o Nordeste brasileiro é um bom exemplo. Mas, nem sempre foi assim.

Na Idade Média, dos séculos V ao XV, a visão do dilúvio representava castigo e temor entre os homens, levando à concepção desastrosa e caótica do mar. Imagens repulsivas do “universo ultramarino” causavam medo às populações, devido às inúmeras invasões à época, disseminação de doenças e naufrágios.

No Brasil, um exemplo disso foi a frente de colonização expansionista iniciada em 1500, que se deu pelo litoral, privilegiando capitais como: São Luís, Recife, Salvador e Rio de Janeiro, pontos estratégicos para a ocupação e conquista territorial.

Na Idade Moderna, dos séculos XVI ao XVII, o mar era visto como coisa demoníaca: a encarnação do Leviatã – o maior e mais poderoso monstro bíblico que morava no mar. Entretanto, a oceanografia em progresso na Inglaterra, entre os anos de 1650 e 1675, começou a desvendar os mistérios do mar.

A partir de 1750, transparecem os reflexos de uma mudança de comportamento: diante das novas ansiedades, o medo das águas tornou-se um mal menor. Os médicos começaram a elevar as vantagens da água fria do mar para a saúde do homem na luta contra a melancolia, enobrecendo o seu papel de colaborador. O homem passou então, a enfrentar as águas. A fascinação e a admiração anunciaram uma nova perspectiva com relação ao mar e às praias: o prazer de contemplação.

Aos poucos, a idéia de “paisagem” consolidava-se à natureza. A religiosidade, por sua vez, oriunda do Ocidente, começou a revelar a natureza como “maravilha divina”, santificando-a e propondo-a como um espetáculo. Assim, a elite viu-se motivada ao usufruto do ambiente e as imagens negativas foram desaparecendo. A praia entrou na “moda”, como um local de refúgio ao medo e como causadora de esperança (CORBAIN, 1989 *apud* FONTELES, 2004, p.28).

A invenção da praia acompanhou a descoberta das virtudes da água do mar [...]. O prazer do banho de mar consistia no desafio do banhista, pois se entregar às forças imersas do oceano provocava a sensação de ser engolido pelas ondas, mantendo-se, no entanto, o controle da ‘batalha’ (FONTELES, 2004, p. 29).

Na segunda metade do século XVIII, a valorização da natureza, especificamente à beira-mar, intensifica a busca pelos ambientes naturais. O enfoque é dado à emoção do banho, como forma de “tranquilizante” aos efeitos da vida urbana, e à estética, como meio de manutenção à rusticidade. Ou seja, o turismo favorecido pela localização geográfica passa a ser movimentado por aspectos visuais entre diversos lugares – paisagens marcadas por testemunhos estéticos e simbólicos, estabelecendo relações com vivências cotidianas.

Na Idade Contemporânea, em fins do século XVIII e início do século XIX, o ideal de mar com paisagens agradáveis que possibilitassem uma maior qualidade de vida, aguçou o interesse coletivo pelas praias, fato que despertou a crença nas propriedades terapêuticas das águas, por motivos de saúde, de luxo ou mesmo de *status*.

Ainda de acordo com Fonteles (2004, p.31): “Grande parte dos banhistas ficava nu, fato que motivou a regulamentação do traje de banho, pelo pudor e pelo temor da violação ocular. A popularização dos banhos, corroborando a prática terapêutica, entusiasmou a classe ociosa”. Dessa forma, a invenção das praias como lugar onde o homem encontra paz de espírito e se livra da melancolia foi mais um passo no sentido da valorização das águas.

O público em geral começa a interessar-se crescentemente pelo litoral, como forma de apropriação a partir de suas percepções:

A partir de 1820 começou a desaparecer o *viajante* que descobre, que inventa, que, num mesmo movimento de escrita, trata e relata seu caminho num processo educativo, entrando em contato com outros povos e culturas e impondo a si mesmo uma prova de aventura e de conhecimento.

Por outro lado, proliferou o *turista* que ‘degrada pela repetição - isto é, pela convenção – a aventura em excursão, o arquétipo em estereótipo, o modelo em série, a produção em consumo, e o relato fundador em anedotas infinitas’ (grifo nosso, *Ibid.*, p.32 e 33).

Na verdade, criaram-se estereótipos no qual o *turista* é entendido como um sujeito imprudente, cheio de utensílios fúteis, que compra muito e apenas passa de um lugar para outro, enquanto que o *viajante* seria um personagem que busca novas experiências, que carrega só o útil, gasta pouco e percorre lugares procurando absorver cada passo da viagem, em locais pouco convencionais.

Sendo assim, a atividade turística também passa por transformações. Ruschmann (1997) diferencia, portanto, 4 fases distintas: a primeira ocorrida no século XVII, onde os primeiros viajantes tinham como motivações a busca de ambientes onde a industrialização ainda não havia chegado ou centros turísticos à beira-mar, sem a exigência de grandes modificações no ambiente para que o turismo pudesse acontecer; a segunda, ocorrida no final do século XIX e início do século XX, na qual houve a intensificação da demanda turística, estimulando inúmeras construções, que marcaram as primeiras modificações no ambiente, motivados pelo desenvolvimento do turismo; a terceira, ocorrida a partir dos anos 50, em que predominou o turismo de massa sobre a natureza e as comunidades receptoras; e a quarta, ocorrida a partir dos anos 70, com a evidência dos problemas causados pelo turismo sobre o ambiente, levando à conscientização por parte da sociedade.

No Brasil, sobretudo no Nordeste brasileiro, é na década de 1950 que ocorre a difusão dos banhos de mar e, a partir da década de 1960, que se realizam grandes obras viárias e de infra-estrutura, visando atrair visitantes e divulgando o turismo de “sol e mar”. Somada a estas, a popularização do automóvel possibilitou o acesso às praias e criou uma nova realidade: a inclusão das praias no roteiro turístico das cidades.

Em contraste, a década de 1970 trouxe os reflexos da intensa urbanização:

[...] cidades turísticas litorâneas mediante o estabelecimento de segunda residência começaram a mostrar os seus aspectos negativos: poluição das praias e saturação das infra-estruturas de saneamento e transporte. A exclusividade de determinados locais foi pouco a pouco sendo substituída pela frequência de um número cada vez maior de turistas (SILVA, 2004, p.77).

Havia aí um prenúncio da massificação das práticas turísticas pelo engajamento do corpo e pela exaltação do prazer advindo desse novo tipo de prática relativas ao contato com a natureza e à frequência aos litorais (*Ibid.*, p.33).

Nota-se, portanto, uma forte tendência de conversão da natureza em espetáculo. Assim, parte da elite social e econômica influenciada pelas novidades da Europa, no século XIX passou a construir empreendimentos turísticos luxuosos – hotéis, chalés, casas – em espaços à beira-mar, destinados ao lazer e ao turismo, criando os primeiros balneários litorâneos (*Ibid.*, p.76).

Porém, segundo Fonteles (2004, p.35), ocorreu uma verdadeira mudança cotidiana:

Aos poucos, os pescadores foram se descaracterizando, perdendo a ‘inocência’. Trabalhadores da praia, outrora senhores daquele espaço, passaram a ser ameaçados de se reduzirem à mera condição de figurantes ou espectadores de uma peça que não pediram para assistir. A classe dominante oferecia-se como espetáculo aos pescadores, obrigando-os a ceder espaço a um novo ‘teatro social’. Hoje, em muitos casos, são os pescadores que se ‘oferecem’ como espetáculo a turistas que os vêem como componentes de uma paisagem exótica. Por outro lado, os momentos de lazer e as práticas culturais dos autóctones são transformados em oportunidades de atração para visitantes.

Isso significa dizer que a procura pelo natural ou pela sua representação, mesmo que artificial, tornou-se um dos símbolos da sociedade ao longo do século XX. Aos poucos, surgiram os chamados cenários de lazer, sem qualquer relação com a realidade que os envolvia nesse sentido, e o espaço sofreu e ainda sofre intervenções urbanísticas intencionais, visando o consumo, o que leva à perda da autenticidade e identidade locais.

Apesar disso, em pleno século XXI, o próprio governo e algumas empresas privadas apostam cada vez mais na exploração das belezas naturais da praia como produto turístico no Brasil. Segundo Fonteles (2004, p.37), hoje as praias são os lugares preferidos pelos turistas, que se contagiam com a alegria do verão e com a diversidade de clima e de vegetação.

Dessa forma, os balneários tornaram-se bairros residenciais sofisticados. A paisagem das praias urbanizadas passou a apresentar-se sob a forma de “paredões”, que representam as fachadas dos prédios com vista para o mar, avenidas por vezes arborizadas, destinadas à prática do lazer (com quiosques, calçadão, restaurantes, lojas, etc.) e bairros ou loteamentos verticais, ao longo da faixa costeira. Porém, de acordo com Silva (2004), a imagem da praia associada à valorização da paisagem e dos ambientes naturais, com ênfase na conservação, foi esquecida.

2.2 Conceitos-Chave: Espaço e Paisagem

A análise do espaço desempenha um papel ou uma função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema. Nesse sentido, pode ser entendido como um produto da sociedade, *locus* da reprodução das relações sociais de produção (CORRÊA, 2003). Como produto social, apresenta as características da sociedade em que o mesmo está inserido e, por outro lado, suas características também determinam certas condições para a

ação do grupo social, ou seja, ele se constitui um reflexo e condicionante da sociedade, como aponta Santos (1986).

O espaço urbano é um reflexo da sociedade, ele se caracteriza pela dinamicidade e pelas transformações existentes no seu interior. Essa dinâmica é explicada pela redistribuição de uso de áreas já ocupadas, levando a um deslocamento de atividades e/ ou dos habitantes, também a uma valorização do solo.

Assim, pode-se dizer que o turismo produz espaços delimitados e espacialmente destinados a um determinado tipo de consumo – o consumo da natureza (RODRIGUES, 1999), articulando a este, a produção. Assim, os serviços fluem por este espaço mundializado e/ou globalizado, pois as informações sobre os lugares [...] circulam através dos serviços de correio, prospectos, fotografias, jornais, revistas e, de forma cada vez mais atuante, pelo noticiário da TV (RODRIGUES *in* YAZIGI *et al.*, 1999, p. 55)

No entanto, existe uma dificuldade em se definir exatamente o espaço turístico, uma vez que ele está associado a uma diversidade, a uma complexidade de elementos que o compõe, desde a emissão e recepção, como também os deslocamentos, além dos componentes abstratos que constituem a rede de informação e de capital financeiro.

Algumas tentativas de definição de espaço turístico, entretanto, são baseadas em modelos teóricos onde o espaço passaria por estádios evolutivos, desde a implementação das atividades até a saturação do mesmo. Evidentemente tais modelos não podem ser aplicados em todos os casos (RODRIGUES, 2001 *apud* DANTAS, 2003a, p.47).

Dessa forma, o espaço turístico apesar dos componentes abstratos, também possui materialidade territorial e é expresso através de relações sociais. Para Rodrigues (2001), os elementos deste são oferta turística, demandas, serviços, transportes, infra-estrutura, poder de decisão e de informação, sistema de promoção e comercialização, elementos que interagem e não podem ser compreendidos separadamente.

Nesse sentido, “nos novos espaços de turismo, particularmente em ambientes naturais, consome-se destruindo e produzindo. Objetos naturais vão transformando-se em objetos sociais de valorização do espaço” (*Ibid.*, p.63).

Tudo isso se deve tanto ao fenômeno do turismo quanto ao fenômeno urbano, tendo em vista que, a partir das novas formas de divisão social e territorial do trabalho é que surgiram novos valores, expectativas e estilos de vida, produzindo um padrão de comportamento nitidamente urbano, que marca este espaço (DANTAS, 2003a).

Em síntese, o espaço do/ou para o turismo constitui uma mercadoria e materializam-se neste, outras mercadorias – desde a rede de edificações necessárias para acomodar os turistas, até o acesso aos lugares privilegiados pela natureza, passando por uma infra-estrutura viária que permita a circulação de pessoas e serviços, apropriados através dos lucros, rendas e juros (RODRIGUES *in* YAZIGI *et al.*, 1999, p.56).

Diante da problemática ambiental, portanto, o espaço assume grande importância, pois busca uma reflexão profunda das inter-relações entre o homem e a natureza em sua globalidade e em sua dinâmica contínua.

Quanto ao vocábulo paisagem, envolve aspectos físicos e culturais, ou seja, aspectos estéticos e simbólicos. De acordo com Bartley (*apud* RODRIGUES, 2001, p.46), a paisagem contém elementos necessários para estimular dez modalidades sensoriais que se combinam na percepção: visão; audição; tato; temperatura; sinestesia; dor; gosto; olfato; sentido vestibular e sentido químico comum. Dessa forma, cada sentido se especializa em abranger uma parte da realidade.

Esta concepção de paisagem reflete a experiência individual, de modo a permitir que cada pessoa tenha uma percepção diferente de outra. Quando todos esses elementos são estimulados simultânea e individualmente, são considerados também, sua história de vida, seus pensamentos, sensações e sentimentos o que resulta numa percepção de mundo única permeada pela imaginação pessoal.

Para Santos (1997), a dimensão da paisagem é a mesma da percepção - o que nos chega aos sentidos, e essa percepção é sempre um processo seletivo de apreensão, isto é, se a realidade é apenas uma, cada pessoa a vê de forma diferenciada. Portanto, a paisagem natural é diferente da artificial. A primeira é aquela ainda não modificada, enquanto a segunda constitui a paisagem transformada pelo homem.

Porém, apesar de existir uma diferenciação conceitual entre espaço e paisagem, fica evidente a relação intrínseca entre estes conceitos, quando um mantém uma relação sobre o outro. Para o turismo, a paisagem funciona como um motor que o alimenta, se apropriando do espaço pelo seu valor paisagístico como também pelas condições ambientais e constituindo um dos mais importantes elementos de atratividade do lugar. Dessa forma, quanto mais encantadora a paisagem, mais atraente é a viagem para o turista, pois este busca exatamente o rompimento com o cotidiano.

2.3 A Relação Turismo e Ambiente Natural

O homem sempre teve uma estreita relação com o ambiente, pois desde seu desenvolvimento ao longo da história utiliza-se dos recursos naturais para sua sobrevivência. Porém, com o passar dos anos o esgotamento dos recursos naturais trouxe à tona o problema da degradação ambiental, que fez com que se despertasse para um maior compromisso com a preservação e conservação dos ecossistemas por parte da sociedade.

O turismo é um fenômeno que traz mudanças ao ambiente natural e o contato com a natureza é uma das maiores motivações que levam os turistas a viajar. Representa também, uma forma de fuga das cidades em busca do verde, fato que nos leva a uma reflexão entre turismo e ambiente, que não têm se caracterizado por um relacionamento harmonioso.

De acordo com Ruschmann (1997), a primeira fase ocorreu no século XVII, caracterizada pela “descoberta da natureza e das comunidades receptoras”. Os primeiros viajantes tinham muita curiosidade sobre os meios que visitavam e a leitura que faziam dessas áreas era bem diferente daquela dos turistas atuais. Portanto, era uma fase ainda de convívio equilibrado. A segunda fase, caracterizada por um turismo “dirigido” e elitista, ocorreu no final do século XIX e início do século XX, sem qualquer preocupação com a proteção ambiental, levando ao *boom* imobiliário. Tratava-se da fase na qual a natureza era domesticada, porém, não necessariamente esquecida, e ficaram marcadas as primeiras modificações no ambiente. A terceira fase, correspondente ao turismo de massa, ocorreu a partir dos anos 50 e atingiu seu auge nos anos 70 e 80, juntamente com o processo de urbanização. A demanda turística cresceu em ritmo acelerado e as localidades turísticas viveram uma expansão sem precedentes. Esse período foi o mais devastador, pelo domínio brutal do turismo sobre a natureza e as comunidades receptoras: uma fase de excessos e catastrófica para a proteção do ambiente.

Isso ocorreu devido às facilidades que surgiram na época, como o avanço nas tecnologias de transportes e comunicações, as conquistas trabalhistas e a expansão da economia mundial, proporcionado aos segmentos da sociedade, mais condições para o consumo de bens e serviços, antes privilégio das elites. Portanto, diversos países começam a incentivar essa atividade.

Cooper *et al.* (2001) explica que assim que a atividade turística ocorre, o ambiente é inevitavelmente modificado, seja para facilitar o turismo, seja através do processo de produção do turismo. Isto significa dizer que, se a natureza é essencial para o

desenvolvimento da atividade turística, esta última necessita de um ambiente para acontecer, seja ele natural ou não, sofrendo um processo de descaracterização em seu cenário devido à ação humana.

Sendo assim, o turismo, prática que tem muitas vezes no ambiente natural seu suporte físico, a relação que se nota é de (inter) dependência entre eles. Nesse sentido reside o fato de que a maioria dos consumidores enquanto turistas se interessem por produtos que contenham recursos naturais.

No entanto, as ações do homem sobre a natureza causam impactos e agressões que muitas vezes suplantam a capacidade de suporte deste meio natural e às vezes são irreversíveis (CORIOLANO, 2007). Um exemplo disso foi a plenitude do turismo de massa, no início dos anos 70, evidenciando diversos problemas sobre o meio, em virtude de seu desenvolvimento desordenado.

A partir daí, inicia-se a quarta fase, na qual surgem os movimentos ambientalistas, em reação ao sistema econômico, cuja lógica de maximização da produção e otimização do uso dos recursos naturais, renováveis ou não, subestima o custo social e ambiental decorrente desse processo. O ano de 1972 foi um marco: pela primeira vez, discutiram-se em escala mundial, os direitos da humanidade e um ambiente saudável e produtivo (PIRES, 2002).

Tais discussões foram expostas na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, em 1972. Após vinte anos, foi realizada a ECO-92, no Rio de Janeiro, e o interesse por temas ligados ao ambiente também influenciaram o pensamento e o desenvolvimento do turismo, com base nos princípios da sustentabilidade.

Nos discursos desenvolvimentistas, nota-se uma tentativa de correção de rumos, na readequação dos processos produtivos, com a inclusão do rótulo ecológico em novos projetos, na esperança de que, com tais ajustes, esta proposta possa ser resgatada, suas relações “autofágicas” superadas e sua durabilidade assegurada.

Por outro lado, no seio das Organizações Não-Governamentais (ONG's), alguns membros vêem na sustentabilidade um novo princípio de um desenvolvimento, centrado no povo, capaz de tornar-se argumento mobilizador da sociedade, entendida como modelo econômico, político, social, cultural e ambiental equilibrado, capaz de satisfazer as necessidades das gerações atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades.

Entretanto, o que parece prevalecer são várias indagações em que poucos sabem exatamente o que significa sustentabilidade, mas na qual todos querem acreditar. O que se

nota na sociedade de consumo são apenas discursos bem-intencionados nessa relação que envolve a atual ordem de produção capitalista.

É nesse contexto que surgem as manifestações com caráter contestatório e inovador às aspirações por um “turismo alternativo”, nas quais os turistas insatisfeitos com a qualidade da experiência oferecida pelo turismo massificado começam a expressar seus desejos por novas alternativas turísticas, com princípios éticos e humanitários, na tentativa de diminuir os impactos negativos, minimizar a problemática ambiental e promover o bem-estar e a qualidade de vida da sociedade.

Segundo dados do IBGE (2009), aproximadamente 2/3 da população mundial vive atualmente a menos de 50 Km do mar. Essa faixa de terra litorânea correspondente a menos de 2% do território terrestre abriga uma população de um pouco mais de 4 bilhões de pessoas, agrupadas em sua maioria em centros urbanos de médio e grande porte, o que gera disputa de um mesmo espaço para as mais diversas atividades e finalidades, muitas vezes conflitantes e até mesmo antagônicas; ocupação essa que está entre as principais causas de impactos ambientais no litoral.

Sendo assim, do ponto de vista da Organização Mundial de Turismo - OMT (1993, p.22), seria necessário haver um desenvolvimento sustentável do turismo, conceito desenvolvido no final do século XX para harmonizar essa questão, entendido como:

[...] aquele que atende às necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras, e ao mesmo tempo protege e fomenta as oportunidades para o futuro. [...] se concebe como um caminho para a gestão de todos os recursos de forma que possam satisfazer-se as necessidades econômicas, sociais e estéticas, respeitando ao mesmo tempo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas que sustentam a vida.

Sobre essa questão, Dias (2003) afirma que para atingir a sustentabilidade no turismo é imprescindível a participação do estado e a existência de planejamento. Afinal, sabe-se que os seus impactos são inevitáveis em muitos casos, porém, é preciso mantê-los dentro dos limites aceitáveis.

Já as políticas públicas mundiais preconizam o desenvolvimento sustentável como a mola mestra do crescimento urbano e populacional (BRAGA, 2005). Tal desenvolvimento, segundo o Relatório de Brundtland – documento intitulado Nosso Futuro Comum, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD (1988), é um conjunto de processos e atitudes que atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de que as gerações futuras satisfaçam as suas próprias necessidades.

Entretanto, na área da Ponta d'Areia a premissa do desenvolvimento sustentável e toda uma legislação urbanística vigente é ignorada, por omissão na ausência de efetiva fiscalização ou mesmo por desrespeito. O ambiente natural encontra-se impactado. De acordo com a Resolução CONAMA 001/1986, no seu Artigo 1º:

Art. 1 - [...] impacto ambiental é qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais.

Assim, o que se observa na praia Ponta d'Areia é que as áreas de mangue foram em grande parte, submersas; a vegetação da área, destruída, juntamente com o hábitat de fauna marinha; as construções sobre as dunas seguem sem qualquer limite; a balneabilidade das águas da praia está imprópria para banho; e a poluição ambiental é visível.

3. A PRAIA PONTA D'AREIA NO CONTEXTO URBANO LUDOVICENSE

3.1 História e Desenvolvimento Urbano de São Luís e da Ponta d'Areia

A cidade de São Luís, inicialmente ocupada por índios tupinambás, foi fundada em 8 de setembro de 1612, adotando-se uma política de colonização francesa comandada por Daniel de La Touche, para instituição da França Equinocial (Forte *Saint Louis*), porém interrompida três anos depois com a expulsão por tropas lusitanas.

Sobre isso, o autor Ribeiro Júnior (1999, p.57 e 58) afirma que:

Polêmicas à parte, o fato que, a rigor, demarcou o início do povoamento branco na ilha, a concepção da existência da cidade de São Luís, foi, indubitavelmente, o atracamento de navios franceses na Baía de São Marcos, em local situado entre as Pontas d' Areia e do São Francisco [...]. Deslocaram-se para o outro lado do Rio Anil [...], instalando-se em terreno elevado, adquirindo visão panorâmica do mar que se abria à frente. Era o ano de 1612 [...].

Jerônimo de Albuquerque desembarca na desembocadura do Rio Munim, em frente à Ilha Grande em 28 de outubro de 1614, e após a tão narrada Batalha de Guaxenduba, onde as forças de Portugal, com um número de homens e armamentos bem menor que as forças defensivas francesas, conseguem derrotar, em um ataque surpresa, as tropas de Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière, São Luís é retomada para o domínio de Portugal.

Expulsos os franceses, o General Português Alexandre de Moura estabelece os alicerces para a organização de São Luís: confirma e estabelece Jerônimo de Albuquerque como Capitão-Mor da conquista do Maranhão, oferecendo-lhe um regimento para o governo da capitania.

Estabelecidas as bases para a fixação de gente em terras maranhenses, Jerônimo de Albuquerque empreende algumas atividades cujo objetivo era dar condições para a implantação do sistema colonial português: o planejamento e construção de arruamentos a partir do Forte, finalização dos trabalhos de uma nau iniciada pelos franceses, além disso, “justificava-se a necessidade de restaurar e ampliar a fortaleza, agora de São Felipe, de acordo com as plantas do Engenheiro militar Francisco Frias de Mesquita, autor também do traçado urbano que seria seguido na implantação da cidade...” (LEITE FILHO, [s.d.], p.625).

Jerônimo de Albuquerque Maranhão, nome que recebeu por ser considerado herói da batalha de Guaxenduba, deu início decisivo na conquista portuguesa, desenvolvendo uma

considerável povoação militar, especialmente na Ilha. Entre suas principais realizações estão a reforma do Forte de São Filipe, o término do forte de São Francisco e de uma nau iniciada pelos franceses, o arruamento da cidade, a instalação de uma olaria e o início da construção de um prédio para moradia dos capitães - mores - Palácio dos governadores mais tarde.

Os dois anos de governo de Jerônimo de Albuquerque foram bastante agitados. Os tupinambás se revoltaram com a presença cristã portuguesa no litoral e no vale amazônico, e a revolta chefiada pelo índio chamado Cristão de Amaro, culminou na morte de Jerônimo de Albuquerque, ficando seu filho como segundo Capitão - Mor.

A presença, na tropa de conquista, do engenheiro militar Francisco Frias de Mesquita, responsável por inúmeras obras da Coroa em todo litoral da colônia, parece confirmar esta intenção portuguesa reforçada pela decisão, pós-conquista, de deixar estruturado o Senado da Câmara com poderes para dirigir a urbanização da cidade (VIVEIROS *in* MOTA *et al.*, 1998 *apud* BURNETT, 2002).

A partir de 1618 começam a chegar a São Luís casais vindos da Ilha dos Açores, litoral do norte da África. A sucessiva chegada de açorianos às terras do Maranhão fez com que a nova vila de São Luís começasse a sair da simples condição de quartel de defesa territorial, para tornar-se realmente uma povoação de colonos. Passa a tomar feição urbana, a vida civil e econômica começa a se organizar.

Outra luta travada entre grandes potências da época, nas terras da Capitania do Maranhão, foi a que ocorreu entre holandeses e portugueses. A invasão e o domínio holandês em São Luís, com o objetivo de expandir a indústria açucareira, sob comando de Pierre Boas, deu-se de 1641 a 1644, mas o resultado foi a conquista por parte da Coroa Portuguesa. A essa época, o registro do traçado urbano da cidade, feito pelos invasores, fora elaborado segundo critérios praticados pelos ibéricos em suas conquistas além-mar.

No entanto, quando Portugal ficou sob domínio de Filipe II (Espanha), através da União Ibérica, o urbanismo passou a ser orientado pelas normas de regularidade formal contidas na legislação filipina para as colônias. Isto explica o fato de cidades como João Pessoa e São Luís do Maranhão apresentarem traçados muito formais, semelhantes a um tabuleiro de xadrez (REIS FILHO, 2001 *apud* BURNETT, 2002).

Neste primeiro processo de colonização da cidade, pode-se observar duas tendências: a criação de núcleos familiares formados pela proximidade de parentes e a instalação a partir da atração exercida por pólos urbanos já existentes, como as fontes de águas e os conventos (MOTA *et al.*, 1998 *apud* BURNETT, 2002).

O crescimento urbano de São Luís conhece neste primeiro momento, que vai até meados do século XVIII, um ritmo tão lento que – cem anos após a estruturação do poder lusitano no Maranhão – a cidade não atingia 1.400 moradores em 1720 (VIVEIROS *in* MOTA *et al.*, 1998 *apud* BURNETT, 2002). Neste período, a população urbana era composta predominantemente por militares e religiosos, conferindo caráter de acampamento militar e concentração de ordem religiosa à estrutura original da cidade.

Durante esse período, de 1612 a 1755, a cidade de São Luís pouco se destacou no cenário econômico. Só mais tarde, com a instituição da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, pelo Marquês de Pombal, isso acontece.

Adotando o modelo de déspota esclarecido, D. José I (rei de Portugal, dede 1750) nomeou a Primeiro-Ministro, em Portugal, o Marquês de Pombal que teve importante papel na História do Maranhão. Pombal fundou o Estado do Grão-Pará e Maranhão com capital em Belém e subdivido em quatro capitanias (Maranhão, Piauí, São José do Rio Negro e Grão-Pará). Além disso, expulsou os jesuítas e criou a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão cuja atuação desenvolveu a economia maranhense.

Na fase pombalina, a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão incentivou as migrações de portugueses, principalmente açorianos, e aumentou o tráfico de escravos e produtos para a região. Tal fato fez com que o cultivo de arroz e algodão ganhasse força e logo colocou o Maranhão dentro do sistema agroexportador. Essa prosperidade econômica se refletiu no perfil urbano de São Luís, pois nessa época foi construída a maior parte dos casarões que compõem o Centro Histórico de São Luís, que hoje é Patrimônio Mundial da Humanidade. A região enriqueceu e ficou fortemente ligada à Metrópole, quase inexistindo relação comercial com o sul do país.

Mas os projetos do Marquês de Pombal foram abalados quando subiu ao trono D. Maria I que extinguiu a Companhia de Comércio e muitas outras ações do Marquês na Colônia.

Como a localização da cidade também era favorável, principalmente à atividade portuária, a economia crescia fortalecida pelo escambo e pela exportação de cana-de-açúcar, algodão e tabaco. Conseqüentemente, a renda acumulava-se e cada vez mais impostos eram arrecadados, permitindo assim, a inserção e o desenvolvimento de diversos serviços urbanos, como: construções, saúde, educação, etc.

Nesse contexto, o caráter de acampamento militar da cidade começava a mudar para o de entreposto comercial, aumentando a população, concentrando atividades

econômicas e acentuando a valorização do espaço urbano. Ocorre também, a expansão do traçado de Frias de Mesquita e o surgimento dos sobrados azulejados, dos mirantes e das primeiras melhorias urbanas (SILVA, 1988 *apud* BURNETT, 2002).

Em 1823, quando o Maranhão adere à Independência Nacional, São Luís é oficializada como capital da Província. Acompanhando este processo, a melhoria dos serviços urbanos eleva o nível de conforto da cidade, e a colocam na posição de quarta do Brasil, depois do Rio de Janeiro, Salvador e Recife (ANDRÉS, 1998 *apud* BURNETT, 2002).

Entretanto, surgiram vários conflitos entre as elites, por motivos econômicos, visto que na época, o tráfico negreiro entrava em declínio e os preços dos produtos apresentavam queda acentuada. São Luís foi perdendo espaço no âmbito econômico nacional e somente se consolidaria novamente com o modelo industrial do governo de Getúlio Vargas.

No período de 1920 a 1945 o surto industrial do Estado ampliou os serviços urbanos, contribuindo de forma significativa para o processo de urbanização – criação da Companhia de Águas e Telefonia, bem como o surgimento das vilas operárias, que contrastavam com áreas de “valor”, como o Centro Histórico e o Anil (SANTOS, 2004).

Foi a partir de um fator externo - a nomeação em 1936, de um interventor federal para o Maranhão, que o tecido urbano e o conjunto arquitetônico, conservados incólumes desde a época colonial, foram vistos pela nova administração pública como consequência do atraso da cidade (BURNETT, 2002).

No plano arquitetônico, estes ideais vão se materializar nas linhas de inúmeras edificações modernistas residenciais e institucionais, cujas verticalidade, implantação e despojamento volumétrico vão contrastar com o conjunto de feição colonial e eclética. E, no plano urbanístico, a novidade surge em 1950 com o “Plano Rodoviário da Ilha de São Luís”, do engenheiro Rui Mesquita que representa o plano onde será instalada a cidade modernista (BURNETT, 2002).

De acordo com Santos (2004, p.25),

Nos anos de 1950 também surgem os investimentos em industrialização por parte do Governo Federal, os quais estimulariam a construção de estradas para integrar o País, interligando capital e meio rural, visto que até meados desse século, o transporte era realizado predominantemente por via fluvial, com escoamento via marítima, o qual acabou por entrar em declínio e favoreceu a exportação por via terrestre.

Além disso, a construção de estradas favoreceu o deslocamento de pessoas do campo para a cidade, aumentando consideravelmente seu crescimento e criando um novo

cenário: a periferização e o desemprego, pela incapacidade de atendimento à demanda e pelo enfraquecimento do ritmo da industrialização. Isso significa dizer que a população passou a viver em condições subumanas, considerando-se o descompromisso dos órgãos públicos do Município em investimentos e em planejamento local.

Alimentado por tais projetos e realizações progressistas que, desde a década de 50, germinavam na cidade, o governo José Sarney (1966-1970) injeta na administração pública uma mentalidade empreendedora que se propunha rever o destino provinciano da capital. O antigo desejo de encurtar distâncias entre o Centro Histórico e as faixas litorâneas da ilha começa a se fazer realidade através da construção da ponte do Caratatiua, que abriu passagem ao litoral (BURNETT, 2002).

Este processo de expansão urbana coincide com a consolidação dos transportes automotores, de uso particular e privado nas cidades brasileiras e vem substituir, em São Luís, os tradicionais bondes elétricos que cobriam todo o centro da cidade (BASTOS In MONTENEGRO, 2001 *apud* BURNETT, 2002).

Em 1975, o Estado, com a permissão do Governo Federal, abre outra via de acesso, cria a Avenida Maestro João Nunes, que vem favorecer a criação de loteamentos isolados destinados à classe média/alta de São Luís na Ponta d'Areia e em seu entorno.

Duas outras pontes também foram criadas: a Governador Newton Bello e a Governador José Sarney, ambas para permitir o acesso entre o São Francisco e a chamada “parte antiga” da cidade, ao norte – o Centro, sobre o Rio Anil, dinamizando essa área e regularizando sua ocupação, principalmente na faixa litorânea (SANTOS, 2004).

Nessa mesma época, o Estado iniciou o Plano de Urbanização da Ponta d'Areia, com base no Plano de Expansão da Cidade de São Luís (elaborado em 1958), objetivando transformá-la em pólo turístico e residencial de classe alta, expandindo-a através de novas ruas, bairros e avenidas (COELHO, 2002 *apud* SANTOS, 2004, p.27). Para isso, a Prefeitura contratou a Empresa *Wit-Olaf Prochnik* – Arquitetura e Planejamento S.C.L. para elaborar um Plano Diretor (1975), visando o uso, ocupação e parcelamento adequado do solo da cidade.

Alguns autores conceituam urbanização como o processo de implementação de infra-estrutura, equipamentos e serviços urbanos, importantes e fundamentais para a vida nas cidades, estando mais voltado para o espaço construído (SPOSITO, 1991). Há ainda aqueles que consideram a urbanização como o aumento da população urbana em detrimento da rural ou simplesmente o crescimento das cidades, tanto em relação a sua população quanto em relação a sua expansão urbana (COSTA, 2000).

No presente estudo, o referido conceito é compreendido como a proporção da população concentrada em áreas urbanas, considerando-se o processo de expansão ou reprodução do espaço urbano com relação à infra-estrutura, aos equipamentos e os serviços coletivos que foram ou estão sendo empreendidos. Dessa forma, a urbanização é entendida como processo social que abrange relações sociais, econômicas, políticas e ideológicas, se constituindo num processo dinâmico e histórico inerente a cada sociedade urbana (COSTA, 2000).

Soma-se a isso, a implantação dos Projetos ALUMAR, Porto Itaqui e Ferrovia Carajás, que contribuíram para consolidar a idéia de uma iminente explosão habitacional e levaram a Prefeitura a preocupar-se com a organização do espaço urbano.

Segundo Ribeiro (1996), devido às transformações sociais ocorridas na cidade de São Luís entre 1980 e 1990, com a implantação do Programa Grande Carajás e a instalação de indústrias, entre as quais, a ALUMAR, pôde-se observar uma alteração na distribuição espacial da população a qual também foi responsável pela modificação da paisagem da orla marítima em quase toda Ilha.

A construção dos primeiros edifícios (Comodoro, Fênix, Diplomata e Alvorada) ocorreu entre 1984 e 1987, sobre uma área anteriormente constituída de dunas que foram cortadas sucessivamente e de onde foram retirados materiais, para aterro de áreas destinadas a construção da malha viária e de parte das bordas da lagoa entre outras obras (PRADO, 2003, p.12).

Tais transformações trouxeram ainda, o aterramento do Igarapé da Jansen, que por sua vez, criou uma barragem que deu origem à Laguna, transformada em 1988, em Unidade de Conservação Ambiental, na categoria de Parque Ecológico, por ação do Poder Público, através da Lei Estadual nº 4.878, de 23 de junho de 1988 (SANTOS, 2004, p. 41).

Essa transformação da Laguna em Unidade de Conservação visava a sua preservação, principalmente nas áreas de manguezal e disciplinava o lançamento de efluentes provenientes de esgotos no local, visto que tal lançamento ocasionou a redução de sua área, tornando-a um receptáculo de dejetos “in natura” provenientes de palafitas existentes nessa área (MONTEIRO, 2001).

Estes fatos deram origem aos conjuntos habitacionais para classes populares, permitindo a valorização crescente de tal espaço e o intenso crescimento populacional e econômico, que por sua vez extrapolou os limites das áreas naturalmente habitáveis, condicionando a atuação dos promotores imobiliários.

De acordo com Prado (2003, p.13): “Após 1995 iniciava-se a verticalização com edifícios de até 15 pavimentos que buscavam a vista do mar como fator de comercialização e valorização dos imóveis”.

Nesse sentido, o cenário que se evidenciou foi problemático: paralelamente a todas essas transformações, acelerou-se a ocupação desordenada por altos contingentes populacionais, de baixa renda, nas áreas próximas, de manguezal, áreas alagadiças e sob a ponte, surgindo com isso, cada vez mais palafitas, que contrastavam com o desejado cenário paisagístico (*Ibid.*, p.27).

Segundo Burnett (2002), os subsídios para moradia acabaram e os grandes projetos econômicos confirmaram seu caráter de enclaves, não ofertando os empregos e salários apregoados. Entretanto, a migração continuou a ampliar o contingente de miseráveis que corria em busca de melhores condições de vida, dirigindo-se, geralmente, às áreas periféricas.

Assim, ao passo que cresceu a utilização dessa área para fins comerciais, residenciais e de lazer, se intensificaram os problemas ambientais. Apesar disso, a área da Ponta d’Areia e sua adjacência, continuam sendo valorizadas como parte das revisões inseridas no PLANO MAIOR¹. Dentre as metas deste PLANO para o ano de 2010 estão atrair 1.500.000 turistas nacionais e 500.000 de turistas estrangeiros para o Estado do Maranhão como um todo, gerando uma receita direta de US\$ 1,05 bilhões/ano (MARANHÃO, 2000).

3.2 Localização Geográfica e Caracterização da Praia Ponta d’Areia

Ocupando uma área territorial de 8.514.876 Km², o Brasil - país mais extenso da América do Sul -, é banhado pelo Oceano Atlântico, desde o Cabo Orange até o Arroio Chuí, numa extensão de 7.408 Km, que aumenta para 9.198 Km se considerarmos as saliências e as reentrâncias do litoral (IBGE, 2009). Ao longo desse litoral se alternam praias, falésias, dunas, mangues, recifes, baías, restingas e outras formações menores.

Dentro dessa extensão, tem-se o Litoral Nordeste, no qual se localizam belas praias e dunas. Nesse litoral destaca-se o Estado do Maranhão, que tem o segundo maior

¹ O PLANO MAIOR tem como objetivo principal o desenvolvimento turístico sustentável, calcado em quatro pilares: (i) turista satisfeito; (ii) retorno dos investimentos; (iii) mínimos impactos culturais e ambientais negativos e (iv) cidadão satisfeito. Suas metas são: alcançar um nível de qualidade turística coerente com a liderança desejada (em números de turistas), conscientizar a sociedade quanto aos benefícios sociais do turismo de qualidade, criar uma imagem turística do Maranhão e aumentar o fluxo turístico (MARANHÃO, 2000).

litoral do país, com extensão de 640 Km, dividido em 5 mesorregiões – Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro.

Sua capital, São Luís, encontra-se na mesorregião Norte e juntamente com outros municípios: Raposa, Paço do Lumiar e São José de Ribamar, integra a chamada Ilha de São Luís, no Golfão Maranhense - estuário dos rios Mearim, Itapecuru, Pindaré e Munim, primeiras vias de penetração ao interior do Estado.

Essa Ilha compreende uma população total de 997.098 habitantes assentada em uma área de 1.453,1 Km² (IBGE, 2009), com topografia irregular. De acordo com Ribeiro Júnior (1999, p.55 e 56):

O clima transita entre o equatorial e o tropical, quente e úmido, com temperaturas altas, variando inabruptamente entre 27° e 35° C. Compondo uma região biestacional, vingam o período das chuvas, de dezembro a maio, [...], e o período da estiagem, geralmente de junho a novembro [...]. Nas encostas da ilha, há alternâncias entre partes altas, semelhantes a falésias, e partes baixas, com presença de mangues, havendo ainda a formação de dunas em trechos [...].

Isso significa que, por ser uma vasta zona litorânea, o Brasil está sendo cada vez mais valorizado, seja para fins turísticos ou mesmo de moradia e, o Nordeste, especialmente o Maranhão, tendo em vista seu clima e sua geomorfologia, tem vantagem sobre outras regiões. Nota-se uma intensificação cada vez maior na ocupação da referida área, o que traz consigo fatores que interferem na dinâmica natural desta.

Nesse sentido, a praia Ponta d'Areia, situada na Baía de São Marcos, a Noroeste da Ilha de São Luís (**Figura 1**), não foge à regra. Sendo constituída basicamente de ecossistema marinho costeiro, com dunas móveis e dunas permanentes que configuram faixa marítima, formações rochosas com influência estuarina, águas pardas com alta concentração de material em suspensão, áreas inundáveis por maré e boa porção de manguezal, seu processo de uso e ocupação está a todo vapor, e junto a isso, vêm os problemas ambientais.

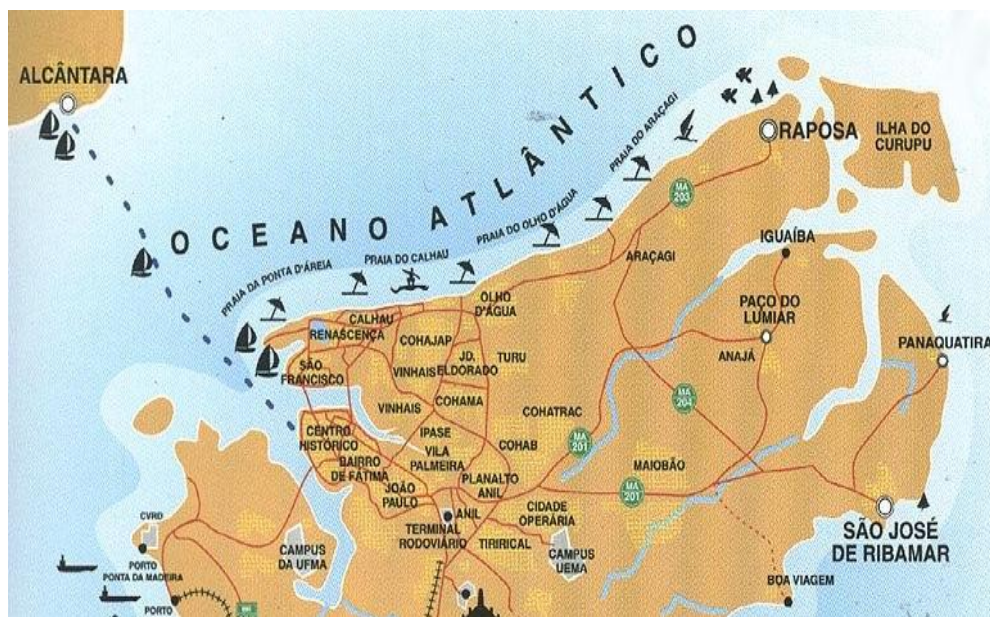


Figura 1 – Localização da praia Ponta d'Areia na Ilha de São Luís

Fonte: images.google.com.br

A ocupação desse meio, principalmente da área dessa praia, só foi possível depois que o acesso foi facilitado através da melhoria da malha viária, com a construção da ponte que a liga ao centro comercial da cidade. É nesse momento que se inicia a construção de prédios de luxo para abrigar hotéis, residências, bares e restaurantes (**APÊNDICE A**), verificando-se um aumento acentuado nas construções erguidas na área da praia e das dunas.

Tais construções, por sua vez, foram feitas tendo em vista a proximidade da praia Ponta da Areia – apenas 4 Km do Centro de São Luís. Esta praia é uma das mais freqüentadas e movimentadas durante toda a semana, além de ser a opção de lazer mais acessível e relativamente mais “barata” da Ilha, famosa pelos clubes de *reggae*, que têm atraído muitos turistas.

Nesta encontram-se também, o Iate Clube e o Forte de Santo Antônio, além de uma grande rede hoteleira. Ainda próximo a ela, tem-se o Parque Ecológico da Lagoa da Jansen, com restaurantes, quadras poliesportivas, ciclovias, pistas para *cooper*, quiosques (**ANEXO 1**), etc. Um dos objetivos desse Parque é manter em seu habitat natural, espécies da fauna e da flora marinhas da região pré-amazônica, que estão ameaçadas de extinção.

Esse Parque foi inaugurado no final de 2001 pela governadora Roseana Sarney, transformando-se em um grande centro de convivência, com alta freqüência de moradores e de pessoas que visitam a cidade. Soma-se a isso, o Mirante da Lagoa, de onde se tem uma abrangente visão de toda essa região.

A Ponta d'Areia, área antes habitada apenas por pescadores, dotada de uma vasta cobertura vegetal e cordões de dunas, atualmente sofre com o intenso processo de urbanização, que viabilizou a ocupação desordenada em sua faixa litorânea. Além disso, a verticalização na área, com tendência a aterros sucessivos, invade o manguezal nas partes mais baixas.

Isso representa a busca insaciável da modernidade: construções cada vez mais altas, com conseqüências e custos sócio-ambientais elevados. Tais problemas crescem em ritmo inversamente proporcional à preocupação das autoridades e dos empreendedores com o meio ambiente, e vêm causando preocupação aos usuários, bem como prejuízos aos donos de bares, pois praia sem qualidade ambiental acaba afastando turistas e diminuindo o movimento local.

De acordo com o Projeto Orla² (2002, p.32), a praia Ponta d'Areia apresenta-se na tipologia exposta com urbanização consolidada (**ANEXO 2**), ou seja, é um ambiente sujeito a alta energia de ondas, ventos e correntes, com médio a alto adensamento de construções e população, apresentando paisagens altamente antropizadas, com uma multiplicidade de usos e um alto potencial de poluição sanitária e estética.

Em termos da avaliação da forma urbana, pode ser caracterizada por seu estágio de urbanização, na categoria Vertical Verticalizada (**ANEXO 3**): “[...] quando as construções ultrapassam, na sua maioria, os cinco andares ou 18 metros de altura (ocupando mais de 50% da área de cada quadra) e/ou se apresentando ao observador como visualmente contínuas, isto é, formando paredes” (*Ibid.*, p.44).

Ainda de acordo com o referido Projeto, a praia Ponta d'Areia inclui-se na Classe C (**ANEXO 2**), com paisagem tipicamente urbana, pois apresenta:

[...] médio a alto adensamento de construções e populações residentes, com paisagens antropizadas, multiplicidade de usos e alto potencial de poluição – sanitária, estética, sonora e/ou visual, podendo incluir orlas de interesse especial. São trechos de orla onde os usos não podem ser exigentes quanto aos padrões de qualidade, sendo, portanto, locais com alto potencial impactante, inclusive para seus entornos. Apresenta a maior parte dos componentes dos ecossistemas primitivos degradados ou suprimidos e a organização funcional eliminada. Os remanescentes de vegetação nativa restam como nichos isolados, numa paisagem onde sobressai o padrão urbano de ocupação. Trata-se do espaço onde, por excelência, a prática do planejamento corretivo é urgente, para agregar um mínimo de qualidade a ambientes já deteriorados, ou barrar processos de degradação (*Ibid.*, p. 58).

² O Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla surge como uma ação inovadora no âmbito do Governo Federal, conduzida pelo Ministério do Meio Ambiente e pela Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, buscando contribuir para a aplicação de diretrizes gerais de disciplina

3.3 A Urbanização da Laguna da Jansen

A Laguna da Jansen situa-se na parte ocidental da Ilha de São Luís (**Figura 2**). Encontra-se em área metropolitana bem valorizada no mercado imobiliário, sendo margeada pelos bairros São Francisco, Renascença I e II, Ponta d'Areia e Ponta do Farol.



Figura 2 – Foto aérea da localização do Parque Ecológico da Lagoa da Jansen no perímetro urbano de São Luís

Fonte: Boletim do Laboratório de Hidrobiologia (2008)

Constituindo-se num corpo d'água costeiro instável, em termos de equilíbrio hidrostático com os corpos d'água adjacentes, a Laguna da Jansen tem origem antrópica. Foi formada pelo represamento dos igarapés Ana Jansen e Jaracaty e só existe devido ao dique de contenção representado pela Avenida Maestro João Nunes (UFMA, 2002).

A área correspondente ao Parque Ecológico da Lagoa da Jansen, formada por diversos ecossistemas - entre os quais predominava o mangue, atualmente está completamente descaracterizada, visto que na área de mangue houve uma redução drástica em virtude da construção das vias de acesso à área, intensificando-se com a ocupação urbana.

Antes da construção da ponte sobre o Rio Anil, o acesso às praias mais próximas ao centro (Ponta d'Areia, São Marcos e Calhau) era realizado também pela perigosa travessia em pequenas embarcações a vela. Entretanto, embora a ponte tenha facilitado o deslocamento de pessoas até a orla, um vasto manguezal e o Igarapé da Jansen se contrapunham como obstáculos naturais à passagem de veículos e pedestres.

No início dos anos 1970, o Governo do Estado expede ordem de serviço para a construção de uma ponte em concreto sobre o Igarapé da Jansen. No entanto, a obra é paralisada por questões técnicas e financeiras, não sendo mais reiniciado os serviços.

Posteriormente, a Prefeitura Municipal de São Luís decide executar no local da ponte uma barragem de terra, deixando para a passagem do grande fluxo de água do mar, decorrente do processo de enchente e vazante, um bueiro duplo de concreto, que por sua vez, não permitiu o retorno total para o mar do fluxo da vazante, ocasionando a formação de uma grande laguna.

As consequências ambientais desta intervenção logo se fizeram sentir sobre a vegetação de mangue, que totalmente submersa iniciou um processo de decomposição orgânica. Outro agravante foi o acelerado crescimento urbano no entorno da Laguna, cujos efluentes sanitários, foram canalizados para a mesma, contribuindo com a degradação ambiental da área. Em 1985, estimou-se que o lançamento de esgotos domésticos sem nenhum tratamento na mesma era da ordem de 2670m³/dia (MARANHÃO, 1991).

Por outro lado, foi iniciado um processo de invasão com a construção de palafitas no entorno e sobre a lâmina d'água desta (**Figura 3**), gerando condições subumanas de moradia, ao tempo em que a Sociedade de Urbanismo e Desenvolvimento da Capital (SURCAP), empresa de economia mista vinculada à Prefeitura Municipal, loteava uma grande área dentro do espelho d'água em 1985, já que esta possuía localização privilegiada e tamanho significativo (VIÉGAS, 1996).



Figura 3 – Foto da invasão na Ponta d' Areia
Fonte: ROCHA, 1989 *apud* PRADO (2003, p.15)

Atualmente, a Laguna vem apresentando uma crescente descaracterização em consequência da urbanização desordenada de sua orla (**Figura 4**) e, embora exista uma estação de tratamento de esgoto com o objetivo de sanear os bairros que cercam a Laguna da Jansen, o funcionamento da estação é precário, não existindo na prática tratamento dos efluentes.



Figura 4 – Fotos da Laguna da Jansen

Fonte: Autora (10/2009)

Na Laguna da Jansen os esgotos são lançados “in natura” e contribuem para a multiplicação de algas cianofíceas, que matam organismos aquáticos, cuja decomposição libera gases fétidos em grande intensidade. Além disso, ocorre eutrofização³ e colmatagem⁴.

De acordo com Novaes *et al.* (2000), 48,9% dos esgotos produzidos no Brasil são coletados em rede pública e apenas 32% desses esgotos são tratados. Isso representa menos de 16% do total de esgoto produzido.

Outro aspecto importante decorrente da poluição orgânica é a qualidade sanitária da Laguna da Jansen, já que muitas enfermidades transmitidas à população podem ser atribuídas à água e ao saneamento inadequados. Também, os resíduos sólidos (lixo) jogados às margens da Laguna constituem um fator de degradação da área, contribuindo para a redução de sua profundidade média.

³ Eutrofização é fenômeno causado pelo excesso de nutrientes (compostos químicos ricos em fósforo ou nitrogênio) num corpo de água mais ou menos fechado, que leva à proliferação excessiva de algas. Estas entram em decomposição e levam ao aumento do número de microorganismos e à conseqüente deterioração da qualidade do corpo de água (rios, lagos, baías, estuários ou águas costeiras).

⁴ Colmatagem é um tipo de entulhamento de uma área, de forma natural ou antrópica.

3.4 Legislação Urbanística Básica de São Luís referente à Ponta d'Areia

O turismo é uma atividade que exige demanda e infra-estrutura para realizar-se. Portanto, alterou o padrão construtivo da cidade de São Luís buscando adequar-se à modernidade. Porém, o desejo de construir edifícios comerciais e/ou residenciais (**Figura 5**), cada vez mais altos ao longo da orla marítima traz graves consequências ambientais.

Exemplos disso são as alterações aerodinâmicas da paisagem natural, como as do clima e do regime das chuvas, que elevam a temperatura e modificam a direção dos ventos. Na verdade, alguns edifícios-torre, muito próximos entre si, impedem a dispersão do ar, aumentando a umidade no entorno. Além disso, quanto mais pavimentos (andares) tiverem, menor a renovação do ar (PRADO, 2005).



Figura 5 – Fotos de prédios em construção na Ponta d'Areia

Fonte: Autora (10/2009)

Nesse sentido, construções ao longo da faixa de praia, sobre dunas devem seguir uma orientação. Porém, o que dispõe a Lei Orgânica do Município de São Luís, Título IV, Capítulo IV, Seção IV, Artigo 181, parágrafo 2º não é cumprido:

§ 2 - O Município na defesa da preservação da natureza e do ecossistema **não permitirá: I - os aterros e drenagens que alterem os recursos dos rios e que venham causar prejuízos ao ecossistema de São Luís; II - a devastação da flora nas nascentes e margens dos rios, riachos e ao redor dos lagos e lagoas do seu território; III - a devastação da fauna, vedadas as práticas que submetem os animais a crueldade; IV - a implantação de projetos ou qualquer outro meio de ocupação nos locais de pouso e reprodução de espécies migratórias e nativas; V - a destruição de paisagens notáveis; VI - a ocupação de áreas definidas como de proteção do meio ambiente;**

VII - a realização de qualquer obra sobre dunas, restingas e manguezais, ou em áreas adjacentes que lhes impeça ou dificulte o livre e franco acesso, bem como às praias e ao mar, **seja qual for a direção ou sentido** (grifos nossos).

Essa mesma lei (Lei Orgânica), Título IV, Capítulo IV, Seção IV, Artigo 189 proíbe a “construção de edifícios de apartamentos familiares e comerciais na orla marítima de São Luís, numa distância de até quinhentos (500) metros da mais alta maré das praias de São Luis”.

Nota-se, portanto, que as disposições dessa lei até hoje não foram respeitadas, assim como os objetivos do Plano Diretor (Lei nº 4.669 de 11 de outubro de 2006), Título I, Capítulo II, Artigo 3º:

Art. 3 - Compreendem os objetivos gerais do Plano Diretor do Município de São Luís: [...]; **IV. induzir a utilização racional, a ampliação e distribuição de forma igualitária da infra-estrutura instalada, dos serviços e equipamentos urbanos, evitando sobrecargas e ociosidades;** [...]; VI. preservar, conservar, proteger, recuperar e desenvolver o patrimônio sócio-ambiental e cultural de forma sustentável; **VII. incentivar o desenvolvimento do turismo sustentável,** aproveitando o potencial ambiental, cultural e paisagístico; [...]; **IX. garantir a participação popular, com controle social, nos processos de decisão, planejamento e gestão referentes ao território municipal** [...] (grifos nossos).

Outra questão diz respeito ao Plano Diretor se comparado à Lei 3.253, de 29 de Dezembro de 1992, que dispõe sobre o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, no qual se observam, por exemplo, duas áreas com características diferenciadas com os mesmos tratamentos ou com tratamentos idênticos aos de uma mesma zona, pela abrangência da zonificação (PRADO, 2005). Isso significa que existe uma incompatibilidade entre zoneamento e unidade ecossistêmica.

Para se ter uma idéia, a área da Ponta d’Areia, de acordo com a Lei de Zoneamento é considerada uma Zona Residencial (ZR) e as ocupações de lotes pela edificação ficam disciplinadas como dispõe o Artigo 15 (Capítulo IV, Seção II): “III. Afastamento mínimo igual a 4 m (quatro metros) para edificações de até 04 (quatro) pavimentos e igual a 6 m (seis metros) para as demais; IV. Gabarito máximo permitido igual a 08 (oito) pavimentos”.

Também, é uma Zona Turística (ZT), na qual as ocupações pelas edificações estão disciplinadas, de acordo com o Capítulo IV, Seção XII, Artigo 55: “IV. Gabarito máximo permitido para usos de hospedagem igual a 15 (quinze) pavimentos e, para os demais, igual a 12 (doze) pavimentos”.

No entanto, essa delimitação engloba uma área em que estão presentes dunas móveis e permanentes, com áreas inundáveis por maré, ecossistema marinho e manguezal, que de acordo com a Lei Orgânica em seus artigos 181 e 189, dispõe de pouquíssimas terras destinadas às edificações (PRADO, 2005).

Por outro lado, a ZR Ponta d'Areia possui ainda, terras que se enquadram na descrição da Zona de Proteção Ambiental (ZPA), como disposto no Capítulo IV, Seção XVIII, Artigo 81:

Art. 81 – As áreas de Proteção Ambiental situam-se em áreas de terra firme e de proteção às bacias hidrográficas, lagos, lagoas, mangues, igarapés, rios e outras áreas inundáveis por marés, sendo considerada de preservação ambiental todo o interior e uma faixa externa de 50 metros, a partir de suas margens.

Além disso, a área dessa praia, assim como o Parque Ecológico da Laguna da Jansen, de acordo com o Plano Diretor, são considerados de Uso Sustentável e, portanto, com características específicas, como disposto no Título IV, Capítulo III, Seção II, Artigo 29: “Áreas de Uso Sustentável são áreas destinadas a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade de forma socialmente justa e economicamente viável”.

Também, são consideradas áreas de Interesse Paisagístico (Título VIII, Capítulo II, Seção I, Artigo 92): “[...] áreas adjacentes de corpos d’água, áreas de mangue, bordas de rios e córregos e pelos vales afogados com cobertura vegetal significativa; [...]; IV. praias e dunas; V. sítios históricos, praças, largos e parques [...]”.

Entretanto, o tratamento da ocupação é dado diferentemente nas duas áreas, esse tratamento indica um desencontro entre a Lei Orgânica do Município e a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, que trata das zonas de proteção ambiental (PRADO, 2005).

4. A QUALIDADE AMBIENTAL COMO ATRATIVO TURÍSTICO

4.1 Qualidade Ambiental em Turismo

Por qualidade ambiental entendem-se as condições ótimas que regem o comportamento do espaço habitável em termos de conforto associados ao ecológico, biológico, econômico, sócio-cultural, tecnológico e estético em suas dimensões espaciais (LUENGO, 1998).

Como a qualidade ambiental urbana tem forte influência sobre a atração de turistas e pode agir de maneira incisória no olhar destes, haja vista o espaço se revestir de visões simbólicas, investir na beleza de um determinado lugar faz com que se “agregue valor ao produto”.

Nesse sentido, a qualidade ambiental influencia o turismo e o turismo influencia a qualidade ambiental. Primeiro, porque no caso das praias, a paisagem pode ser sentida pelos visitantes; segundo, porque esse ambiente, se submetido ao uso intenso, sem dúvidas, sofrerá degradação, salvo se houver um planejamento bem direcionado.

Considerando-se a paisagem como um reflexo do aspecto visual e sensitivo, na qual estão inseridos os seres humanos e suas relações, o “suprir” de expectativas são grandes, principalmente se destinadas ao lazer, pois o desejo, o sonho e a fantasia geram um grau de ansiedade que pode “criar” imaginariamente, outra paisagem, mentalizada como “fuga” da vida cotidiana.

Como a procura pelo lazer, em forma de turismo ou recreação está em ascensão, a consequência disto é degradação da paisagem, pois os turistas buscam cada vez mais, o inusitado, atraídos para os denominados “paraísos tropicais”, à beira-mar.

Na verdade, tais paraísos são construções em desarmonia com a paisagem natural, mas divulgadas tendo em vista o capital que “alimenta” o setor imobiliário. Nesse processo o veranista acaba sendo presa e predador e o turismo passa a ser uma indústria disfarçada, afirma Midaglia (*apud* LEMOS, 2001, p.43).

Desta forma, discutir qualidade ambiental constitui objeto de bastante relevância, haja vista a importância do termo para o século XXI, que entra em cena aliando um forte incremento demográfico a uma sociedade de consumo exacerbado, onde a degradação

ambiental ganha escopo como uma das mais graves consequências do atual sistema econômico mundial.

Para isso, os estudos de percepção vêm ganhando ênfase nas últimas décadas, sobretudo nos estudos ambientais. Estes estudos buscam observar os significados, valores, atitudes, sentimentos e experiências dos indivíduos com o seu meio.

Nesse contexto, a percepção ambiental pode ser definida como um processo mental de interação que ocorre através de mecanismos perceptivos dirigidos por estímulos externos, como a visão e, cognitivos, como a inteligência. Ela permite visualizar as diferentes formas da paisagem e entender a dinâmica dos processos, estabelecendo relações entre o que é e como poderia ter sido para prever o que deverá ser.

A partir dessa perspectiva, foi realizada a pesquisa na praia Ponta d'Areia, com o intuito de analisar o grau de percepção dos usuários que freqüentam a mesma, acerca da sua qualidade ambiental enquanto atrativo turístico (**APÊNDICE B**).

4.2 As Transformações Ocorridas na Praia Ponta d'Areia

A praia Ponta d'Areia, situada no município de São Luís e, contemplada por constantes fluxos de turistas, atualmente apresenta-se com alto nível de impactação (praia e pós-praia⁵). A intensa urbanização provocou diminuição da área vegetada, impermeabilização de grande parte do solo, problemas de drenagem e alterações ecológicas.

Além disso, ao longo da beira-mar, na Ponta d'Areia, há um avanço visível das marés (**Figura 6**) que compromete a estrutura da pista de acesso (**ANEXO 4**). A Secretaria de Cidades, Infra-Estrutura e Desenvolvimento Sustentável (SECID) ordenou, portanto, a construção de uma barreira de contenção, a fim de impedir a erosão⁶ do terreno (**Figura 7**), do Memorial Bandeira Tribuzzi, e vários imóveis, entre casas e apartamentos.

⁵ Uma praia pode ser subdividida em três regiões: face praial, antepraia (estirâncio) e pós-praia. A face praial compreende a região que vai do nível de maré baixa até além da zona de arrebentação; a antepraia é a região entre o nível da maré baixa e o da maré alta (entremarés); e a região pós-praia localiza-se fora do alcance das ondas e marés normais.

⁶ A erosão praial é um processo pelo qual há a remoção de sedimentos praias por ondas, ventos, marés e deriva litorânea. Esta tendência à erosão nas praias arenosas, nos dias de hoje, é admitida devido a um aumento do nível do mar relativo, como causa mais importante (BIRD, 1985).



Figura 6 – Fotos do avanço do mar na Praia da Ponta d'Areia
 Fonte: Autora (10/2009)



Figura 7 – Foto de erosão na praia Ponta d'Areia
 Fonte: Autora (11/2009)

Existe ainda, uma supervalorização econômica na praia Ponta d'Areia, no entorno e adjacências. Outro ponto-chave é a falta de segurança nessas áreas, pois não existe um posto policial militar, apenas rondas diárias feitas por estes policiais e/ou agentes do Comando de Companhia do Turismo; não há fiscalização do patrimônio físico e administrativo, principalmente na área da Laguna da Jansen.

Nota-se, portanto, um verdadeiro descompromisso por parte do poder público e como resultado constata-se a depredação da área. Paralelamente, o mercado imobiliário cresce em ritmo acelerado: construções e destruições ocorrem com a mesma velocidade, acarretando a descaracterização da paisagem em toda a orla marítima da praia Ponta d'Areia.

Também, a presença de lixo e esgotos derramados a céu aberto (**Figura 8**), sem qualquer tratamento, são alguns dos problemas mais comuns nessa praia, que evidenciam discrepâncias quanto à atenção de órgãos públicos.



Figura 8 - Fotos de esgotos residenciais com córregos lançados diretamente no mar na praia Ponta d'Areia

Fonte: Autora (11/2009)

De acordo com Oliveira (2007), a qualidade da água do mar não está de acordo com os valores dos parâmetros da Resolução CONAMA nº 274/2000 ⁷: a contagem de coliformes fecais termotolerantes encontrados revelou valores oscilando entre 90 a > 24.000 NMP/100 mL. Isso significa que essa praia encontra-se imprópria para o banho (**ANEXO 5**).

Por imprópria, entende-se o uso desaconselhável para banho por usuários, em virtude do comprometimento da qualidade ambiental da água, o que não significa obrigatoriedade em se adquirir doenças se houver exposição à mesma, mas sim o risco de contaminação (**ANEXO 6**).

O Jornal Pequeno (18/05/2008) divulgou que a Península da Ponta d'Areia se destaca como um dos pontos de maior lançamento de esgotos, provenientes das dezenas de prédios residenciais, bares e da rede hoteleira localizados na área. Bocas de esgoto despejam diariamente grande quantidade de detritos na areia da praia em total desrespeito às dunas e à vegetação. Uma das tubulações fica em frente ao edifício de alto luxo *Two Towers*.

O Programa de Controle de Qualidade de Alimentos e Água (PCQAA), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), sobre as amostragens de água do mar recolhidas desde o início do ano de 2008, relatou que a praia Ponta d'Areia atingiu cerca de 24 mil coliformes fecais por 100 mL de água, sendo que a quantidade é 24 vezes maior que o recomendado (**ANEXO 7**).

A coordenadora do PCQAA da UFMA, Dra. Adenilde Ribeiro Nascimento explicou que a contaminação não se restringe apenas ao mar, mas também à areia das praias, que é a primeira a receber o esgoto.

Como nos últimos anos a cidade de São Luís vem-se destacando no cenário do turismo com a modalidade “sol e mar”, a beleza das praias - atrativo relevante - aumenta a poluição, alterando a qualidade da mesma. Entre os riscos à saúde humana têm-se inúmeras doenças de veiculação hídrica, como: hepatite, gastroenterite, cólera, entre outras.

Entre o lixo encontrado (**Figura 9**), destacam-se os resíduos: plásticos; borracha; madeira; tecidos; papel e afins; vidros; alumínio; metais. Caso esse lixo não tenha um tratamento adequado, ele acarretará sérios danos ao meio ambiente, especialmente, tratando-se do lixo não-orgânico, que tem efeitos cumulativos.

⁷ A Resolução CONAMA nº 274/2000 estabelece como padrão, uma média de 1000 NMP de coliformes fecais termotolerantes/100 mL e estabelece que a presença de resíduos ou dejetos, sólidos ou líquidos, inclusive esgotos sanitários e outras substâncias, capazes de oferecer riscos à saúde ou tornar desagradável à recreação, torna o ambiente impróprio para balneabilidade.



Figura 9 - Fotos de lixo na areia e calçamento da praia da Ponta d' Areia
Fonte: Autora (11/2009)

Dessa forma, todos esses fatores contribuem decisivamente para que haja queda da qualidade cênica da paisagem utilizada para o turismo, pois o acúmulo de lixo diminui a atratividade local.

Soma-se a isso, a inexistência de controle à presença de animais domésticos na praia - já que a presença destes é contra-indicada por motivos de saúde pública - e de equipamentos para coleta seletiva de materiais recicláveis. Apesar de existirem recipientes para o recolhimento de lixo ao longo da faixa da praia, a quantidade e o tamanho dos mesmos é insuficiente (**Figura 10**).



Figura 10 – Foto de lixeira na Laguna da Jansen
Fonte: Autora (11/2009)

Quanto às instalações, como barracas e sanitários, pode-se dizer que são acessíveis ao público em geral, mas encontram-se em péssimas condições de higiene, com destino final não apropriado, visto que lixo e esgoto são lançados diretamente na praia.

Segundo Flávio Henrique Reis Moraes, Dr. em Engenharia Ambiental e professor do Departamento de Saúde da UFMA, são produzidos diariamente cerca de 45 toneladas de rejeitos líquidos “in natura” na cidade. Desse total, 34 toneladas contaminam o solo, manguezais, córregos, entre outros ambientes, e 11 são eliminados nas praias.

Esses resultados mostram que há má qualidade ambiental da praia Ponta d’Areia e, esta, influencia negativamente em seu potencial turístico e, portanto, necessita de melhorias para continuar como um destino atrativo significativo, pois segundo a OMT (2003, p.105), “os turistas gostam de visitar lugares que sejam atrativos, limpos e não-poluídos”.

4.3 Perfil dos Usuários da Praia Ponta d’Areia

Em relação ao sexo dos entrevistados 56% eram homens e 44% mulheres, incidindo em uma diferença mínima entre os dois sexos e justificando a escolha das principais atividades (de lazer) realizadas na praia Ponta d’Areia.

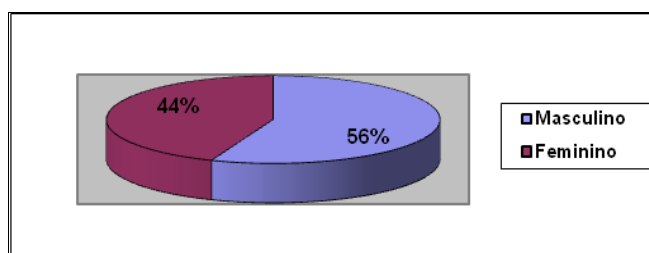


Gráfico 1 - Sexo dos entrevistados na praia Ponta d’Areia

Com relação à faixa etária, 19% tinham idade de até 18 anos e a maioria eram adultos, com idades entre 19 e 30 anos (39%), 31 e 45 anos (26%), 46 e 60 anos (12%), acima de 60 anos (4%).

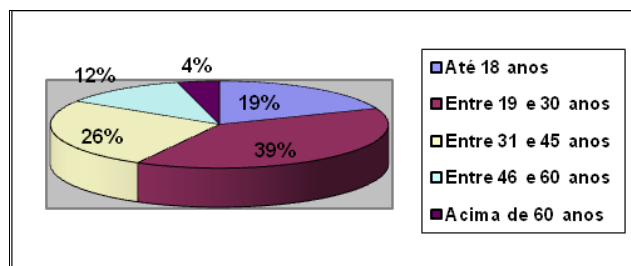


Gráfico 2 - Faixa etária dos entrevistados na praia Ponta d'Areia

Quanto à escolaridade, 38% disseram ter o nível médio, 33 % o nível fundamental, 17% o nível superior, 8% a educação básica e 4% pós-graduação.

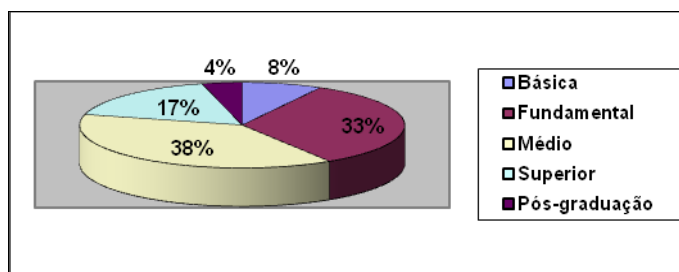


Gráfico 3 - Escolaridade dos entrevistados na praia Ponta d'Areia

Desse universo de entrevistados, apenas 21% eram turistas.

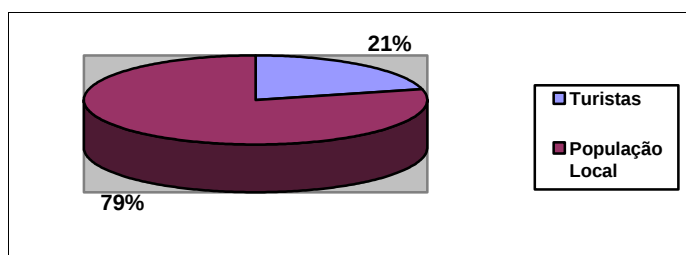


Gráfico 4 - Quantidade de turistas entrevistados na praia Ponta d'Areia

Esses dados demonstram que o nível de conhecimento dos entrevistados, associado à experiência adquirida ao longo dos anos, contribui significativamente para a formulação de um conceito ambiental sobre a praia Ponta d'Areia.

4.4 Conceito Ambiental sobre a Praia Ponta d'Areia

Dentre os entrevistados, 75% consideraram péssimo e 23% consideraram regular o saneamento da praia Ponta d'Areia. Grande parte dessas pessoas destacou as precárias condições no que se refere à disponibilidade de banheiros com as condições de higiene mínimas necessárias, bem como a ausência de lixeiras suficientes para disposição dos resíduos sólidos ao longo da praia Ponta d'Areia. Os 2% que o consideraram bom, não opinaram.

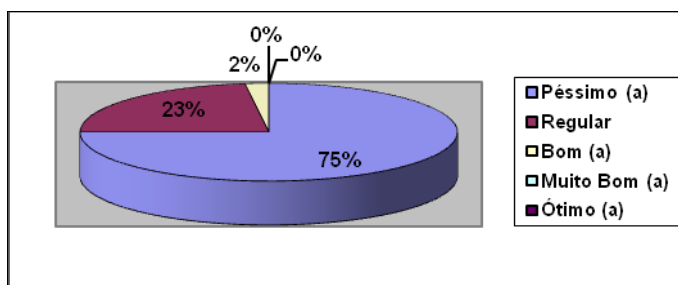


Gráfico 5 - Conceito sobre o saneamento/higiene da praia Ponta d'Areia

No que se refere à atratividade da praia Ponta d'Areia, 27% dos entrevistados a consideraram ótima, 37% muito boa, 30% boa, levando em consideração a sua beleza natural e suas referências, entre elas: o Iate Clube, o Forte de Santo Antônio - que data do século XVII, os conhecidos clubes de *reggae*, uma diversificada rede hoteleira ao longo da orla, quiosques, bares, restaurantes, boates (**APÊNDICE A**) e o Parque Ecológico da Laguna da Jansen em suas proximidades, com uma variedade incrível de espécies da fauna e da flora da mata nativa, além de uma área com quadras poliesportivas, ciclovias, pistas para *cooper* e um Mirante.

Apenas 6% consideraram a praia com atratividade regular, tendo em vista a paisagem poluída. Também, é importante salientar que não existem placas de direcionamento aos principais atrativos locais e, estas, quando existem, encontram-se depredadas ou trazem informações insuficientes.

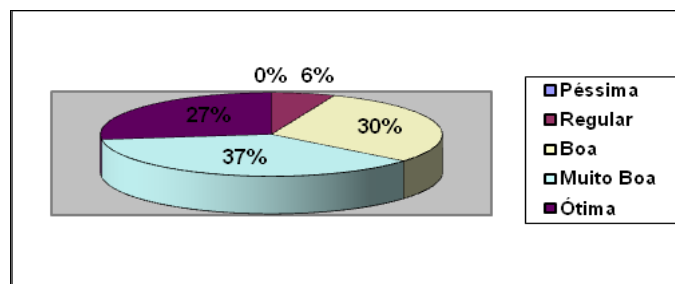


Gráfico 6 - Conceito sobre a atratividade da praia Ponta d'Areia

Quanto à segurança pública na praia Ponta d'Areia, 51% dos entrevistados a qualificaram como péssima, informando que mesmo durante o dia o risco de sofrer algum tipo de assalto ou roubo é muito grande, pois apesar de haver policiamento, o mesmo é precário. Apenas 9% a qualificaram como boa e 4% como muito boa, relatando a prática de rondas diárias.

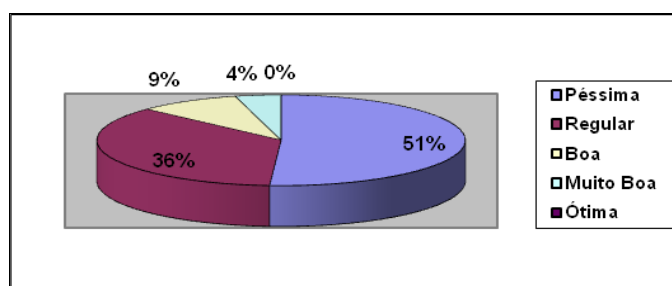


Gráfico 7 - Conceito sobre a segurança na praia Ponta d'Areia

Em relação aos equipamentos de lazer da praia Ponta d'Areia, 25% dos entrevistados os qualificaram como regulares, 42% como bons, 18% como muito bons e 13% como ótimos, ficando evidente que a maioria encontrou divertimento e está satisfeita com o potencial dos mesmos, embora 2% os tenham considerado péssimos, afirmando precariedade na manutenção dos mesmos, principalmente na área da Laguna da Jansen.

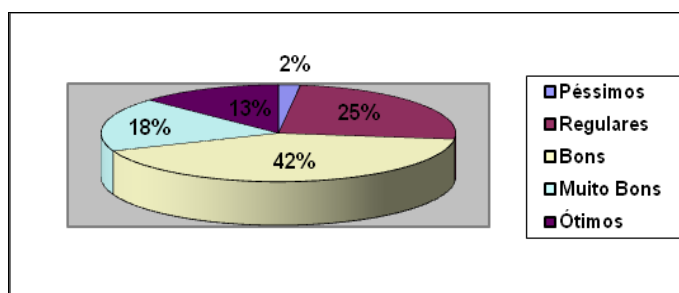


Gráfico 8 - Conceito sobre os equipamentos de lazer na praia/entorno Ponta d'Areia

Na questão meios de hospedagem da praia Ponta d'Areia, 40% dos entrevistados os qualificaram como bons, 29% como muito bons, 25% os qualificaram como ótimos, o que evidencia o alto nível de satisfação dos usuários, já que esta é uma resposta de realização, na qual se julga quão bem as características de uma oferta (bem e/ou serviço) proporcionam ou estão proporcionando prazer de realização relacionada ao consumo.

Apenas 6% dos entrevistados os qualificaram como regulares, enfatizando a questão da descaracterização estética e funcional em virtude da incompatibilidade da arquitetura das construções modernas/sofisticadas em relação ao ambiente natural.

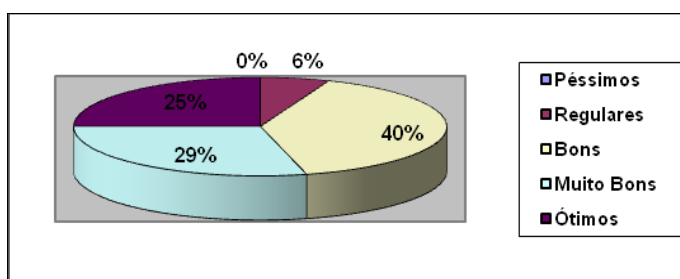


Gráfico 9 - Conceito sobre os meios de hospedagem na praia/entorno Ponta d'Areia

Sobre os serviços prestados em bares e restaurantes na praia Ponta d'Areia, 35% dos entrevistados qualificaram como bons, 43% como muito bons e 15% como ótimos, afirmando que a hospitalidade do povo é marcante e levando em consideração as boas condições sanitárias desses estabelecimentos, fatores preponderantes para que a comunidade e os turistas voltem ao local e influenciem futuros visitantes. Apenas 7% qualificaram esses serviços como regulares, ressaltando que seria necessário mais treinamento e capacitação dos funcionários destes estabelecimentos.

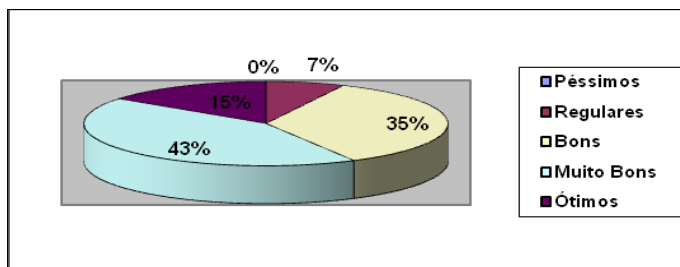


Gráfico 10 - Conceito sobre os serviços dos bares e restaurantes na praia/entorno Ponta d'Areia

Quando indagados sobre os preços dos produtos/serviços na praia Ponta d'Areia, 59% dos entrevistados disseram que são regulares e 39% disseram que são baixos, o que

justifica ser esta uma das opções de lazer mais “baratas” de São Luís e uma das mais freqüentadas durante todo o ano. Os 2% que disseram que os preços são altos, não opinaram.

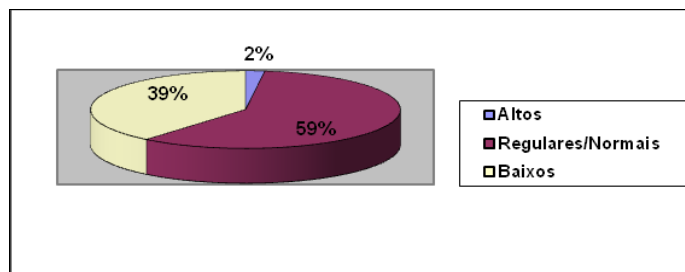


Gráfico 11 - Conceito sobre o preço dos produtos/serviços na praia Ponta d'Areia

Entre os motivos pela escolha da praia Ponta d'Areia ao invés das demais existentes em São Luís, a maioria dos entrevistados (57%) disse que foi a acessibilidade; em seguida, a infra-estrutura (21%), os preços dos serviços (15%) e a paisagem natural (7%). Tal resultado demonstra o grau de percepção e conscientização dos mesmos em relação à qualidade ambiental dessa praia, sendo importante frisar que nenhum dos entrevistados citou motivos como segurança e/ou saneamento, o que vem a confirmar a deficiência nessas questões, já abordadas anteriormente.

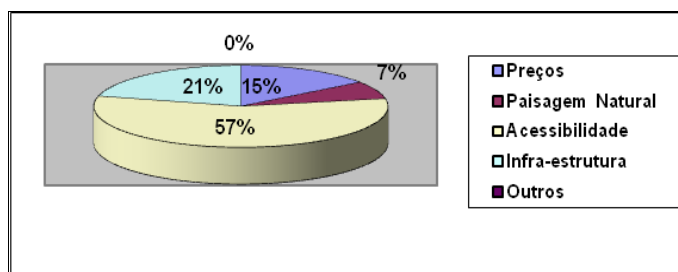


Gráfico 12 - Motivos que levaram as pessoas a freqüentarem a praia Ponta d'Areia

Com relação às principais atividades (de lazer) que os entrevistados realizavam na praia Ponta d'Areia, foram citadas: a utilização dos bares (36%), os banho de mar (30%), o bronzamento (15%), a prática de esportes (9%) e as caminhadas ao ar livre (6%). Outros (4%) citaram ainda, que vão à praia Ponta d'Areia atraídos pelas diversões noturnas, principalmente os clubes de *reggae*.

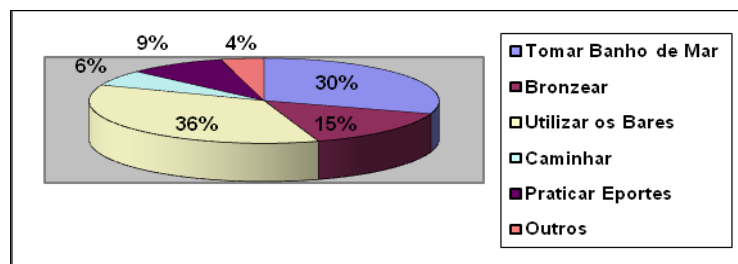


Gráfico 13 - Atividades de lazer realizadas na praia/entorno Ponta d'Areia

Em relação à poluição da praia Ponta d'Areia, 97% dos entrevistados a consideraram poluída, relatando os resultados de pesquisas realizadas e divulgadas através dos meios de comunicação, tanto escrito quanto televisionado, acerca da quantidade de coliformes fecais, principalmente nas águas e na areia da praia.

Mesmo assim, é importante frisar que uma parte considerável dos freqüentadores (citado no gráfico anterior), embora considerassem esta praia poluída e mesmo diante de placas de avisos de “imprópria” para o banho (**ANEXO 5**), continuavam banhando em suas águas. Os 3% que não a consideraram poluída, não opinaram.

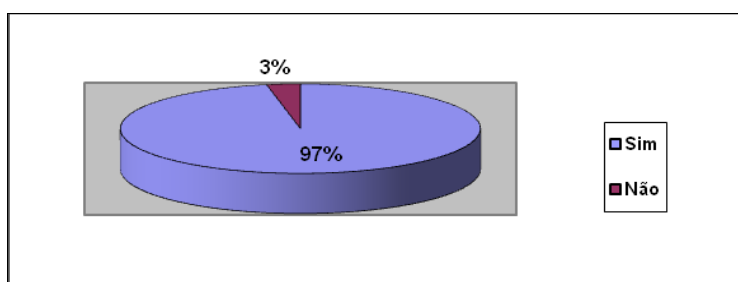


Gráfico 14 - Opinião das pessoas sobre se há poluição da praia Ponta d'Areia

Sobre os motivos que levaram os entrevistados a considerarem a praia Ponta d'Areia poluída estão: o lançamento de esgotos diretamente no mar (46%); a presença freqüente de lixo na faixa de praia e pós-praia (32%); a poluição sonora (13%), oriunda dos bares e carros estacionados ao longo da praia; entre outros (9%), como a presença de animais domésticos na areia da praia, bicicletas, motos, etc.

Mesmo assim, esta praia ainda continua sendo uma das mais freqüentadas e movimentadas da cidade. Acredita-se que isso ocorra porque a praia Ponta d'Areia é “vendida” apenas pela sua imagem positiva, de “paraíso tropical”, não ressaltando os problemas urbanos e ambientais locais e, supõe-se, que como essa praia é a opção mais

acessível de lazer e relativamente a mais “barata” da cidade, ela seja uma entre as mais procuradas.

Tal acessibilidade ocorre em virtude da proximidade ao centro de São Luís e à existência de vários transportes coletivos que fazem linha a essa praia. No entanto, esse movimento provocou uma maior ocupação do seu espaço, acentuando a poluição na área.

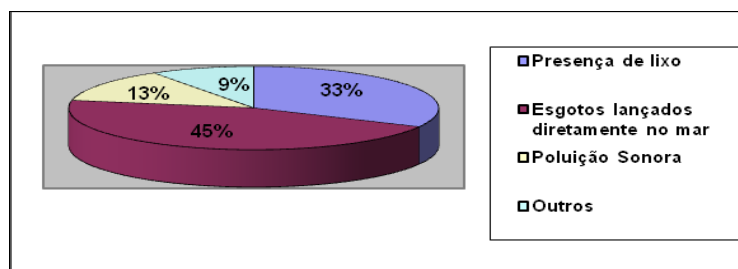


Gráfico 15 - Motivos que levaram as pessoas a considerarem poluída a praia Ponta d'Areia

Nesse contexto, 42% dos entrevistados apontaram a própria população como os principais responsáveis pelas condições ambientais da praia Ponta d'Areia; 36% apontaram o descaso do governo; e outros 22% apontaram o setor imobiliário, os comerciantes, os turistas.

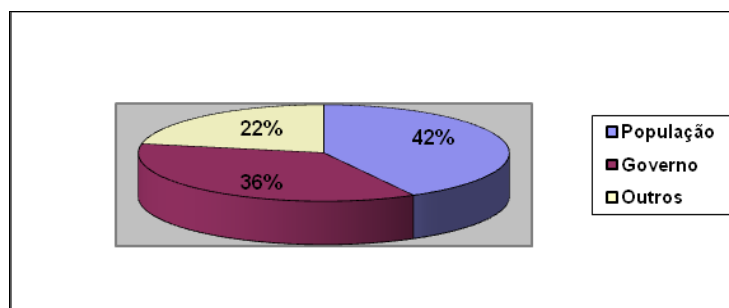


Gráfico 16 - Opinião das pessoas sobre quem são os principais responsáveis pelas atuais condições ambientais da praia Ponta d'Areia

No que diz respeito às medidas a serem tomadas para minimizar os impactos ambientais na praia Ponta d'Areia, 41% dos entrevistados afirmaram que é a criação de programas de educação ambiental; 32% disseram que são políticas públicas de saneamento básico e tratamento de esgotos; e 27% citaram medidas conscientização/sensibilização da população em geral.

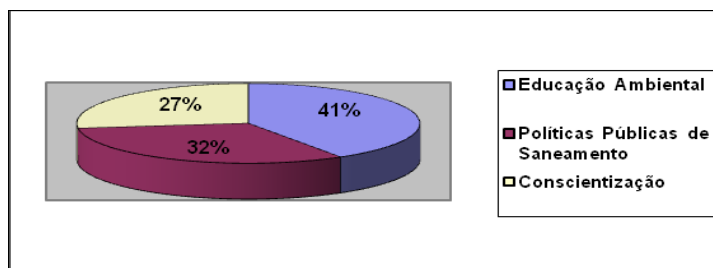


Gráfico 17 - Opinião das pessoas sobre as medidas que deveriam ser tomadas para minimizar impactos ambientais negativos na praia Ponta d'Areia

Desta maneira, pode-se dizer que é necessário criar um Plano de Gestão Integrada para a Ilha de São Luís, principalmente para áreas com alta relevância ambiental, dotadas de ecossistemas frágeis, tendo em vista a proteção dos seus recursos naturais e a garantia da sua sustentabilidade, e compatibilizar a Lei Orgânica do Município com outros instrumentos legais, no que se refere a Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo.

Também, não só criar programas de Educação Ambiental na orla, mas implementá-los de forma permanente, além de monitorar, fiscalizar e expor ao público os resultados obtidos sobre a balneabilidade das águas da praia, como forma de alerta e/ou prevenção dos usuários do local. Afinal, a cidade de São Luís como um todo ainda carece de algumas políticas públicas, especialmente as sanitárias, na praia Ponta d'Areia, visando a sua conservação e a melhoria de sua qualidade, atualmente questionável.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término de toda pesquisa cria-se uma natural expectativa em relação às conclusões obtidas pelo esforço empreendido e, nesse momento, é oportuno lembrar um aspecto importante: a velocidade com que as mudanças provocadas pelos processos sociais imprimem na qualidade ambiental e no turismo, dinâmicas relativas ao seu tempo, sempre abertas a atualizações permanentes, decorrentes das transformações urbanas.

Na tentativa de sintetizar as principais considerações, é significativo lembrar que nessa pesquisa, houve contribuição da Geografia e da História, fundamentada em uma postura fenomenológica, capaz de permitir uma leitura crítica da problemática ambiental da faixa litorânea ludovicense, em especial da praia Ponta d'Areia.

Na verdade, o processo de expansão urbana associado ao crescimento populacional e desenvolvimento econômico da cidade de São Luís, iniciou-se com uma intensa intervenção em ambientes naturais. A ocupação da Ponta d'Areia foi amplamente valorizada por imobiliárias, tendo em vista o fortalecimento do turismo, porém, gerando impactos ambientais perceptíveis aos frequentadores.

Nesse sentido, optou-se por fazer um levantamento de campo, através da abordagem empírica, na praia Ponta d'Areia, área com perfil residencial e turístico, relativamente extensa e diversificada, para viabilizar a compreensão do processo de ocupação desse espaço urbano.

Tal ocupação ocorreu devido à implantação desordenada de infra-estrutura nessa área, com o intuito de captar demanda turística e juntamente com essa expansão, ocorreram problemas ambientais, com implicações sociais. Dentre estes problemas estão a falta de saneamento básico e a deficiência na coleta seletiva de lixo, fazendo dos recursos naturais, palcos de recepção dos detritos produzidos, que contaminam a área destinada ao lazer.

Sabe-se que o saneamento básico é um dos principais problemas enfrentados pelas cidades litorâneas no Brasil e que várias correntes de esgoto são despejadas diariamente nas praias. Dessa forma, todo lixo deixado nas praias constitui-se em um cenário nada agradável para os frequentadores, em decorrência da poluição ambiental.

Tudo isso reflete diretamente na balneabilidade da praia, pois cerca de metade do que produzimos diariamente não se decompõe na natureza (não é biodegradável) e na qualidade do turismo prestado, haja vista que este passa a não gerar qualidade de vida e nem

representar alternativa de desenvolvimento sócio-econômico para a localidade onde é praticado.

Sendo assim, esse estudo reacende novas reflexões e opiniões sobre a sustentabilidade e o controle desse desenvolvimento, com base no uso e ocupação do seu maior patrimônio: a paisagem natural, tratada como mercadoria.

Também são visíveis lacunas e desencontros nas Legislações referentes ao meio ambiente, às quais se permite inúmeros questionamentos e dúvidas. Isso acontece porque os agentes produtores do espaço criam empreendimentos em parceria com o poder público, projetando novas responsabilidades relacionadas à difícil tarefa da gestão urbana, como pode ser verificado no caso da praia Ponta d'Areia, e portanto, esses instrumentos legais tornam-se deficientes.

Aos empreendedores imobiliários cabe o cuidado na aprovação de loteamentos e/ou construções, com responsabilidade e controle na produção do espaço urbano e turístico a ser criado, de modo a evitar problemas e impasses de gestão e manutenção urbana.

Além disso, faltam incentivos públicos, que impedem a melhoria e o aproveitamento das oportunidades oferecidas pelo turismo nessa área. Por isso, é necessário chamar a atenção dos planejadores de turismo, assim como da iniciativa privada, poder público e beneficiados ou não pelo turismo para unir forças e manter os atrativos e recursos provenientes do meio nessa praia.

Ainda nesta perspectiva, faz-se necessário o desenvolvimento e a implementação de programas permanentes e/ou atividades de educação ambiental visando à sensibilização não apenas dos freqüentadores dessa praia, mas de todos os habitantes da cidade de São Luís e dos turistas que anualmente vêm em busca de um ambiente sadio e agradável, bem como a ação do poder público, para criar medidas de intervenção em prol da revitalização ambiental, pois na maior parte da área, observa-se a presença inadequada de edificações ou conjuntos residenciais sobre as dunas, sendo que a vegetação encontra-se quase que totalmente descaracterizada em vários locais.

Mas para isso, ainda falta efetiva conscientização política da comunidade local sobre a necessidade de uma reforma urbana capaz de empreender uma ação social participativa. Portanto, constitui-se uma oportunidade contribuir com esse trabalho, como gesto de comprometimento para novas e mais abrangentes contribuições.

REFERÊNCIAS

- BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Senac, 2006.
- BRAGA, Benedito *et al.* **Introdução à Engenharia Ambiental**. 2ª. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
- BURNETT, Carlos Frederico Lago. **Além do rio Anil, urbanização e desenvolvimento sustentável**: estudo sobre a sustentabilidade dos tipos de urbanização na cidade de São Luís do Maranhão. 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.
- CAMILO, Jully. Crescimento imobiliário acentua poluição nas praias de São Luís. **Jornal Pequeno**. São Luís, 18 de maio 2008. Disponível em: ><http://www.jornalpequeno.com.br/2008/5/18/Pagina78762.htm><. Acesso em: 18 de maio de 2008.
- CENTRO UNIVERSITÁRIO DO MARANHÃO. **Relatório de Balneabilidade das Praias do Município de São Luís**. São Luís, 2009.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.
- CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE (CONAMA). **Resolução N° 001, de 23 de janeiro de 1986**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1986.
- _____. **Resolução N°274, de 29 de novembro de 2000**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2000.
- COOPER, C.; FLETCHER, J.; WANHILL, S.; GILBERT, D. e SHEPHERD, R. **Turismo: princípios e prática**. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- CORIOLOANO, Luzia Neide M.T. O Turismo entre o lazer, o ócio e a cidadania. In: CORIOLOANO, Luzia Neide M.T. (org.). **Curso Turismo de Inclusão**. Fortaleza: Universidade Aberta do Nordeste, 2007.
- CORRÊA, Roberto L. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO. Iná E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- COSTA, A. **A verticalização e as transformações do espaço urbano de Natal/RN**. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: CCMN/UFRJ, 2000.
- COSTA, N. N. S.; CASTRO, A. C. L. de; COSTA, N. F. A. da. **Análise de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral**: o caso do Parque Ecológico da Lagoa da Jansen. São Luís: Boletim do Laboratório de Hidrobiologia/UFMA, 2008.

DANTAS, Shirley Carvalho. **Turismo, Produção e Apropriação do Espaço e Percepção Ambiental: O caso de Canoa Quebrada, Aracati, Ceará.** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2003(a). (Dissertação de Mestrado).

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente.** São Paulo: Atlas, 2003.

DIVULGADAS condições das praias de São Luís. **Gterra.** São Luís, 06 de janeiro de 2010. Disponível em: < <http://www.gterra.com.br/municipios/divulgadas-condicoes-das-praias-de-sao-luis-24321.html>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2010.

FERNANDES, Daniel. Marés com seis metros de altura voltam a assustar na Ponta d'Areia. **O Imparcial Online.** São Luís, 02 de março de 2010. Disponível em: < <http://www.oimparcialonline.com.br/noticias.php?id=36802>>. Acesso em: 05 de abril de 2010.

FONTELES, José Osmar. **Turismo e impactos socioambientais.** São Paulo: Aleph, 2004.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

_____. **O Mito do Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GÊROMY, Karlos. Poluição incomoda. **Jornal Aqui Maranhão.** São Luís, julho de 2009. n.346. p.6.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativas de População.** Rio de Janeiro, 1º de julho de 2009. Disponível em: > <http://www.ibge.gov.br><. Acesso em: 16 de agosto de 2009.

LEITE FILHO, Deusdedit Carneiro. **Os sistemas urbanísticos de Alcântara e São Luís do Maranhão.** Lisboa: [s. n. : s.d].

LUENGO, Gerardo. Elementos para la definición y evaluación de la calidad ambiental urbana: una propuesta teórico-metodológica. In: **Anais do IV Seminário Latinoamericano de Calidad de Vida Urbana.** 1998. Tandil (Argentina), [s. n.], 1998.

MARANHÃO. Secretaria de Meio Ambiente e Turismo. 1991. **Diagnóstico dos principais problemas ambientais do estado do Maranhão:** relatório e síntese. São Luís - MA. 193p.

MARANHÃO. Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. **Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo do Maranhão: Plano Maior.** São Luís, 2000.

MARTINS, J. **Um enfoque fenomenológico do currículo:** educação como poésis. São Paulo: Cortez, 1992.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico Geográfico da Província do Maranhão.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Cia. Editora Fon-Fon e Seleta, 1970. 683 p.

MASINI, E. F. S. O enfoque fenomenológico da pesquisa em educação. In: FAZENDA, I. **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

MAZZETO, F. A. P. Qualidade de vida, qualidade ambiental e meio ambiente urbano: breve comparação de conceitos. In: **Sociedade e Natureza** (Revista do Instituto de Geografia da UFU). Uberlândia: EDUFU, Ano 12, n 24 - jul/dez 2000, p. 21-31.

MIDAGLIA, Carmen L. V. Turismo e meio ambiente no litoral paulista: dinâmica da balneabilidade nas praias. In: LEMOS, Amália I. G. de (org.). **Turismo: impactos socioambientais**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Projeto Orla: fundamentos para gestão integrada**. Brasília, DF, 2002.

MONTEIRO, Leda Cristine Chaves. **Percepção Ambiental dos Usuários de uma Laguna Urbana Impactada durante a sua Revitalização pelo Poder Público: Bases para uma Educação Ambiental**. Monografia (Graduação em Biologia). São Luís: UFMA, 2001.

NOVAES, W.; RIBAS, O.; NOVAES, P. C. 2000. (orgs.). **Agenda 21 brasileira - bases para discussão**. Brasília: MMA/PNUD. 191p.

OLIVEIRA, Dulce Raquel Pereira. **Qualidade ambiental das praias: Ponta d'Areia, Calhau, Olho d'Água e Araçagi**. Monografia (Graduação em Biologia). São Luís: UFMA, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO (OMT). **Compendio de Estatística Del Turismo**. 14ª ed. Madri [s.n.], 1993.

_____. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PEARCE, P.L. **Recent research in tourist behaviour**. Asia Pacific Journal of Tourism Research, 1996.

PIRES, P. S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: SENAC, 2002.

PRADO, Barbara I. Wasinski. **A Ponta d'Areia na São Luís do Maranhão: as formas e arranjos da paisagem em transformação**. In: XVIII Congresso Brasileiro de Arquitetos. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **A Legislação Urbanística Básica de São Luís do Maranhão: encontros e desencontros**. [s.l.], 2005. Disponível em: >
www.arquitetura.uema.br/arquivos/artigos/barbara/encontros_e_desencontros_da_lubsl.doc<. Acesso em: 16 de dezembro de 2009.

QUIOSQUES da Ponta d'Areia não poderão vender bebidas alcoólicas. **Badaué Online**. São Luís, 23 de junho de 2009. Disponível em: <<http://www.badaueonline.com.br/2009/6/23/Pagina41008.htm>>. Acesso em: 6 de novembro de 2009.

RIBEIRO, Eduardo de Jesus. **O espaço humanizado na orla de São Luís do Maranhão: uma abordagem geográfica (as relações sociais como formadoras de territorialidades).** Monografia (Graduação em Geografia). São Luís: UFMA, 1996.

RIBEIRO JÚNIOR, José R. B. **Formação do espaço urbano de São Luís.** São Luís: [s.n.], 1999.

RODRIGUES, A. M. **Turismo e espaço.** rumo ao conhecimento transdisciplinar. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____. **A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental.** In: YÁZIGI, E. e outros (orgs.). São Paulo: Hucitec, 1999.

RUSCHMANN, Dóris. **Turismo e planejamento sustentável.** 14ª ed. São Paulo: Papirus, 1997.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova.** 3 ed. São Paulo: 1986.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Geovane da Silva. **O processo de (re) produção e (re) valorização espacial da Laguna da Jansen.** Monografia (Graduação em Geografia). São Luís: UFMA, 2004.

SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. **Por uma geografia del turismo de litoral: una aproximacion metodológica.** Madri: Estúdios Territoriales, 1985.

SÃO LUÍS. Prefeitura de São Luís. **Lei Orgânica do Município de São Luís.** São Luís, 5 de abril de 1990.

_____. Prefeitura de São Luís. **Lei nº 3252 de 29 de dezembro de 1992 (Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo).** São Luís, 1992.

_____. Prefeitura de São Luís. **Lei nº 4669 de 11 de outubro de 2006 (Plano Diretor).** São Luís, 2006.

SILVA, Maria da Glória Lanci da. **Cidades turísticas: identidades e cenários de lazer.** São Paulo: Aleph, 2004.

SPOSITO, M. **O chão arranha o céu. A lógica da reprodução monopolista da cidade.** USP/FFLCH Tese (Doutorado em Organização do Espaço). São Paulo, 1991.

TEIXEIRA, Gilson. **Jornal Aqui Maranhão.** São Luís, 07 de maio de 2010. nº 595, p.05.

UFMA. **Diagnóstico Ambiental da Lagoa da Jansen.** Relatório Final. São Luís-MA, 2002.

VIÉGAS, M. C. P. **Políticas Públicas e o ecossistema manguezal: o caso da Lagoa da Jansen.** Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). 156p. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1996.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Principais empreendimentos/equipamentos turísticos na Ponta d’Areia

Hotéis/Flats	American Flat Residence; Number One Flat Residence; Rio Poty Hotel; Hotel Premier; Brisamar Hotel; Bellagio Hotel; Praia Mar Hotel; Hotel Praia Ponta d’Areia; Suíte American.	
Casas de Show/ Boates/Clubes	Estrela do Som (Toca da Praia); Arena Show; Pisadinha do Forró; Babilônia Club; Boate Flamingo; Red Club; Iate Club.	
Bares/Restaurantes	Cajueiro Bar; Restaurante e Galetão do Moraes; Bar e Restaurante Por Acaso; Restaurante Tio Pepe; Kitaro Lagoa Bar e Restaurante; Mandamentos Bar; Buteko da Lagoa; Chama Maré Bar.	
Outros Empreendimentos	Quiosques (28); Subway; Arte Café; Petiscald’s; Ponto Caldos e Massas; Sorveteria Gelitto; My House Espetinho; Lanchonete El-Shaday; Frango de Ouro.	
Edifícios/Apartamentos/ Condomínios	Ed. Manoel Dias de Oliveira; Ed. Lido; Ed. Osvaldo Silva de Souza; Ed. Viña Del Mar; Ed. Fênix; Ed. Diplomata; Ed. Alvorada; Ed. Comodoro; Ed. Portal da Enseada; Ed. Porto Bello; Ed. Francisco Neves Regadas; Ed. Herbene Regadas; Ed. Liberty Loft Home; Ed. Two Towers Residence; Cond. Salvador Dalí.	Pré- Lançamentos Iate Condomínio Classic; Ed. Pontal da Enseada; Solar da Península; Ecolagune.
Serviços	Budget (Aluguel de Carros); Retok Vip (Salão de Beleza); Extra-Farma; Centro de Atendimento ao Banhista (Corpo de Bombeiros ⁸); Posto de Polícia da Lagoa da Jansen; Centro de Informações Turísticas (Lagoa da Jansen).	

Fonte: Autora (10/09)

⁸ Local correspondente ao Forte de Santo Antônio, que data do século XVII – tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional desde 1975, sediando, atualmente, um grupamento do Corpo de Bombeiros (MARQUES, 1970).

APÊNDICE B - Questionário sobre a qualidade ambiental da praia Ponta d'Areia

Perfil dos usuários da praia Ponta d'Areia

- **Sexo**

() masculino () feminino

- **Faixa etária**

() até 15 anos () entre 16 e 25 anos () entre 26 e 35 anos

() entre 36 e 45 anos () entre 46 e 55 anos () acima de 56 anos

- **Escolaridade**

() educação básica () nível fundamental () nível médio

() nível superior () pós-graduação

- **Turista?**

() Sim () Não

Conceito ambiental sobre a praia Ponta d'Areia

1. Saneamento Básico

Péssimo () Regular () Bom () Muito bom () Ótimo ()

2. Atratividade

Péssima () Regular () Boa () Muito boa () Ótima ()

3. Segurança

() Sim () Não

4. Equipamentos de lazer

Péssimos () Regulares () Bons () Muito bons () Ótimos ()

5. Meios de hospedagem

Péssimos () Regulares () Bons () Muito bons () Ótimos ()

6. Bares e restaurantes (serviços)

Péssimos () Regulares () Bons () Muito bons () Ótimos ()

7. Preços dos serviços

Altos () Normais () Baixos ()

Questões

1. Por qual (is) os motivo (s) você frequenta a praia Ponta d'Areia?

Infra-estrutura () Acessibilidade () Paisagem natural () Preço dos bares ()

Menos Poluída () Outro ()

2. Quais as atividades de lazer que você costuma realizar nessa praia?

Tomar banho de mar () Caminhar () Praticar esportes () Outras ()

3. Você acha a praia Ponta d'Areia poluída? Por quê?

Sim () Não ()

Presença de esgotos a céu aberto ()

Lixo disposto na areia da praia e da pós-praia ()

Poluição sonora () Outros ()

4. Para você, quais os principais responsáveis pelas condições ambientais da praia Ponta d'Areia?

5. Em sua opinião, que medidas deveriam ser tomadas para minimizar os impactos ambientais na praia Ponta d'Areia?

ANEXOS

ANEXO 1 - Quiosques da Ponta da Areia não poderão vender bebidas alcoólicas

Os promotores de Justiça Fernando Barreto (Meio Ambiente) e Cláudio Guimarães (1ª Promotoria de Investigação Criminal) exigiram a suspensão imediata da venda de bebidas alcoólicas e de gêneros alimentícios manipulados diretamente nos quiosques de venda de água de coco na Ponta da Areia.

A recomendação foi feita durante reunião realizada hoje pela manhã, na sede provisória das Promotorias da Capital, na Cohama, com 26 responsáveis pelos quiosques destinados exclusivamente à venda de água de coco na Ponta d'Areia.

O objetivo foi informar as medidas de disciplinamento que o Ministério Público vai tomar para coibir a poluição sonora, a venda de bebidas alcoólicas e a ocupação desordenada do espaço público naquele local. A reunião é parte das atividades da Operação Manzuá.

“Os quiosques foram dimensionados exclusivamente para a venda de água de coco. A venda de qualquer outro produto naqueles locais fere as regras de comodato estabelecidas para o uso daqueles espaços”, argumentou Cláudio Guimarães. “A manipulação de gêneros alimentícios deve atender aos requisitos da Vigilância Sanitária, o que não vem ocorrendo”, complementou.

O promotor de Justiça do Meio Ambiente, Fernando Barreto, explicou que vai expedir recomendação à Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (Semurh) para que o órgão proceda, em 30 dias, a regularização dos quiosques do local.

Os quiosques foram cedidos em regime de comodato há 17 anos pela Prefeitura de São Luís exclusivamente para a venda de água de coco, água e refrigerantes. Desde então, as licenças não foram renovadas e, durante esse período, muitos comerciantes, venderam, alugaram ou cederam os quiosques irregularmente para outras pessoas.

Barreto acrescentou que a regularização dos quiosques deve acontecer somente se os comerciantes obedecerem a proibição da venda de bebidas alcoólicas nos espaços, a manutenção de somente dois jogos de mesas e cadeiras, desde que estes não obstruam o passeio público; a proibição da utilização de quaisquer aparelhagens de som, além do funcionamento somente até às 2h da manhã, determinado pela Operação Manzuá.

Fonte: Badaué Online (06/09)

ANEXO 2 - Relação entre tipologias de orla e classes genéricas de ocupação

TIPOLOGIA DE ORLA		CLASSES DE OCUPAÇÃO ATUAL
Abrigada não urbanizada	Ambiente protegido da ação direta das ondas, com baixíssima ocupação, paisagens com alto grau de originalidade;	A Trechos de orla com usos compatíveis com a preservação e manutenção das características e funções naturais
Semi-abrigada não urbanizada	Ambiente parcialmente protegido da ação direta das ondas, ventos e correntes, com baixíssima ocupação, paisagens com alto grau de originalidade natural e baixo potencial de poluição;	
Exposta não urbanizada	Ambiente sujeito à alta energia de ondas, ventos e correntes com baixíssima ocupação, paisagens com alto grau de originalidade natural e baixo potencial de poluição;	
De interesse especial em áreas não urbanizadas	Ambientes com ocorrência de áreas militares, de tráfego aquaviário, com instalações portuárias, geradoras de energia, unidades de conservação, áreas tombadas, reservas indígenas, cercados por áreas de baixa ocupação, com características de orla exposta, semi-abrigada ou abrigada;	B Trecho de orla com usos compatíveis com a manutenção da qualidade ambiental e/ou baixo potencial de impacto
Abrigada em processo de urbanização	Ambiente protegido da ação direta das ondas, com baixo a médio adensamento de construções e população residente, com indícios de ocupação recente, paisagens parcialmente antropizadas e médio potencial de poluição;	
Semi-abrigada em processo de urbanização	Ambiente parcialmente protegido da ação direta das ondas, ventos e correntes, com baixo a médio adensamento de construções e população residente, com indícios de ocupação recente, paisagens parcialmente antropizadas e médio potencial de poluição;	
Exposta em processo de urbanização	Ambiente sujeito à alta energia de ondas, ventos e correntes com baixo a médio adensamento de construções e população residente, com indícios de ocupação recente, paisagens parcialmente antropizadas e médio potencial de poluição;	
De interesse especial em áreas em processo de urbanização	Ambientes com ocorrência de áreas militares, de tráfego aquaviário, com instalações portuárias, geradoras de energia, unidades de conservação, áreas tombadas, reservas indígenas, cercados por áreas de baixo a médio adensamento de construções e população residente, com características de orla exposta, semi-abrigada ou abrigada;	

Fonte: Projeto Orla (2002, p.60)

ANEXO 2 - Relação entre tipologias de orla e classes genéricas de ocupação (continua)

TIPOLOGIA DE ORLA		CLASSES DE OCUPAÇÃO ATUAL
Abrigada com urbanização consolidada	Ambiente protegido da ação direta das ondas, com médio a alto adensamento de construções e população residente, paisagens antropizadas, multiplicidade de usos e alto potencial de poluição – sanitária, estética e visual;	C Trecho de orla com usos pouco exigentes quanto aos padrões de qualidade e/ou compatíveis com um maior potencial impactante
Semi-abrigada com urbanização consolidada	Ambiente parcialmente protegido da ação direta das ondas, ventos e correntes, com médio a alto adensamento de construções e população residente, paisagens antropizadas, multiplicidade de usos e alto potencial de poluição - sanitária, estética e visual;	
Exposta com urbanização consolidada	Ambiente sujeito a alta energia de ondas, ventos e correntes, com médio a alto adensamento de construções e população residente, paisagens antropizadas, multiplicidade de usos e alto potencial de poluição – sanitária, estética e visual;	
De interesse especial em áreas urbanizadas	Ambientes com ocorrência de áreas militares, de tráfego aquaviário, com instalações portuárias, geradoras de energia, unidades de conservação, áreas tombadas, cercados por áreas de médio a alto adensamento de construções e população residente, com características de orla exposta, semi-abrigada ou abrigada.	

Fonte: Projeto Orla (2002, p.60)

ANEXO 3 - Caracterização da orla por seu estágio de urbanização

HORIZONTAL	São as orlas total ou parcialmente ocupadas por casas e/ou edifícios de, no máximo, três andares (em mais de 50% da área) ou apresentando extensas manchas contínuas de tal tipo de construção.	
VERTICAL	São as orlas total ou parcialmente ocupadas por edifícios de mais de três andares (em mais de 50% da área) ou apresentando extensas manchas contínuas de tal padrão de construção, podendo ser subdivididas em dois tipos:	ORLA VERTICALIZADA BAIXA - quando as construções não ultrapassam cinco andares ou 18 metros de altura;
		ORLA VERTICALIZADA - quando as construções ultrapassam, na sua maioria, os cinco andares ou 18 metros de altura (ocupando mais de 50% da área de cada quadra) e/ou se apresentando ao observador como visualmente contínuas, isto é, formando paredes.
MISTA	Quando não se configura de fato uma continuidade morfológica, isto é, quando em toda a área urbanizada não se observa uma predominância numérica e visual de nenhum dos tipos apontados de edificações. Esta forma de configuração urbana é característica de áreas em processo de transformação, que, em geral, estão passando de uma forma de configuração horizontal para uma vertical.	

Fonte: Adaptada do Projeto Orla (2002, p. 44 e 45)

ANEXO 4 - Marés com seis metros de altura voltam a assustar na Ponta d'Areia

Por volta das 19h30, foram registrados 6,6 metros nas praias, e 6,9 metros no Porto, os maiores registros.

As marés na orla de São Luís assustaram os banhistas e donos de bares ontem. As marés registraram alturas recordes na capital. Ontem pela manhã, foram registrados 6,4 metros nas praias, e 6,7 metros no Porto do Itaqui. De noite, por volta das 19h30, foram registrados 6,6 metros nas praias, e 6,9 metros no Porto, os maiores registros até agora.



Os problemas apareceram de forma instantânea: os bares mais próximos da água na Ponta d'Areia tiveram as barreiras de segurança quebradas. Aqueles que já foram prejudicados pela alta das marés viram a situação se agravar ainda mais.

Até os bares mais distantes sentiram os efeitos das marés altas. Na Ponta d'Areia, o Bar Pingüim, de Lidiane Teixeira, amanheceu ontem com toda a área completamente suja. As ondas levaram até a porta do bar, que está a cerca de 5 metros distante da areia, garrafas, desde garrafas, cocos e galhos até sandálias e calçados. Ela diz que tira todas as cadeiras do alcance da água assim que percebe que ondas altas virão.

A mesma situação pode ser observada no bar Estrela Dalva, há 8 metros de distância da areia. Além da sujeira, a água prejudica as mesas, cadeiras e outros objetos da proprietária Teresa Cristina Cunha. “Agora que estão se dando conta do perigo que correm com essas marés. Estou aqui há treze anos, e periodicamente tenho que lidar com essa situação, embora não se repita todos os anos. É preciso tomar bastante cuidado com as marés”. Ela também reclamou da sujeira que encontrou na manhã de ontem, e que foi limpa apenas no final da tarde.

Na região dos bares citados pela reportagem estão situados em uma altura de mais de 40 cm em relação à areia. A água, ainda assim, passa por cima da barragem de pedras, e chega até o interior dos estabelecimentos. Em relação à maré alta da noite, os donos de bares já disseram estar se preparando. Desde 18h começaram a recolher as mesas e cadeiras, para não serem pegos de surpresa. Tiraram a maior parte das garrafas e outros pertences do alcance das águas, e alguns colocaram plásticos nas portas para não deixar a água entrar.

Fonte: O Imparcial Online (03/10)

ANEXO 5 - Interdição de praias de São Luís

6 **AQUI** PARANÁ
10/7/2009

CIDADES

► PRAIAS ◀

KARLOS GERÔMY/AQUI-MA/D.A PRESS



INTERDIÇÃO DAS PRAIAS DA CAPITAL COMPLETOU UM MÊS EM VIGOR E NADA!

Interdição de seis trechos em quatro praias de São Luís está mantendo banhistas afastados.
Caema ainda não começou obras

Fonte: Jornal Aqui Maranhão (07/09)

ANEXO 6 - Divulgadas condições das praias de São Luís

O laudo é resultado da série permanente de monitoramento das condições de balneabilidade das praias de São Luís.

Balneabilidade das Praias de São Luís



A Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Maranhão (Sema) divulgou nesta quarta-feira 06/01/2010, o laudo parcial referente às análises de amostra das águas feitas na orla marítima nos meses de outubro, novembro e dezembro.

Ponto 1.0 - Local: Praia da Ponta d'Areia (Ao lado do Forte do Santo Antônio). Condição: Satisfatória

Ponto 1.1- Local: Praia da Ponta d'Areia (Atrás do Praia Mar Hotel). Condição: Imprópria

Ponto 1.2 - Praia da Ponta d'Areia (Atrás do bar do Dôdô). Condição: IMPRÓPRIA

Ponto 2.0 - Praia da Ponta d'Areia (Grupamento de Apoio ao Banhista). Condição: Imprópria

Ponto 2.1 - Praia da Ponta d'Areia (Em frente do Edifício Herbene Regados). Condição: Imprópria

Ponto 2.2 - Praia da Ponta d'Areia (Em frente ao Hotel Brisa Mar). Condição: Satisfatória

Fonte: Gterra (01/10)

ANEXO 7 - Relatório de Balneabilidade da praia Ponta d'Areia

RESULTADOS - PRAIA PONTA D'AREIA							
NMP de coliformes fecais (termotolerantes)/100 mL da amostra de água do mar							
Datas das coletas – Junho e Julho de 2009							
07 jun	15 jun	22 jun	29 jun	6 jul	CATEGORIA	13 jul	CATEGORIA
446,9	446,9	1.063 ⁹	198,7	1.063	IMPRÓPRIA	683,9	IMPRÓPRIA

Fonte: CEUMA (07/2009)

⁹ Valor superior a 1.000 NMP/100mL; **IMPRÓPRIA** – valor superior a 2.500 NMP/100mL na última amostragem; **CATEGORIA** – considerando as análises das cinco últimas semanas; Localização do ponto de coleta: próximo ao Forte Santo Antônio.